

Colecção Breve

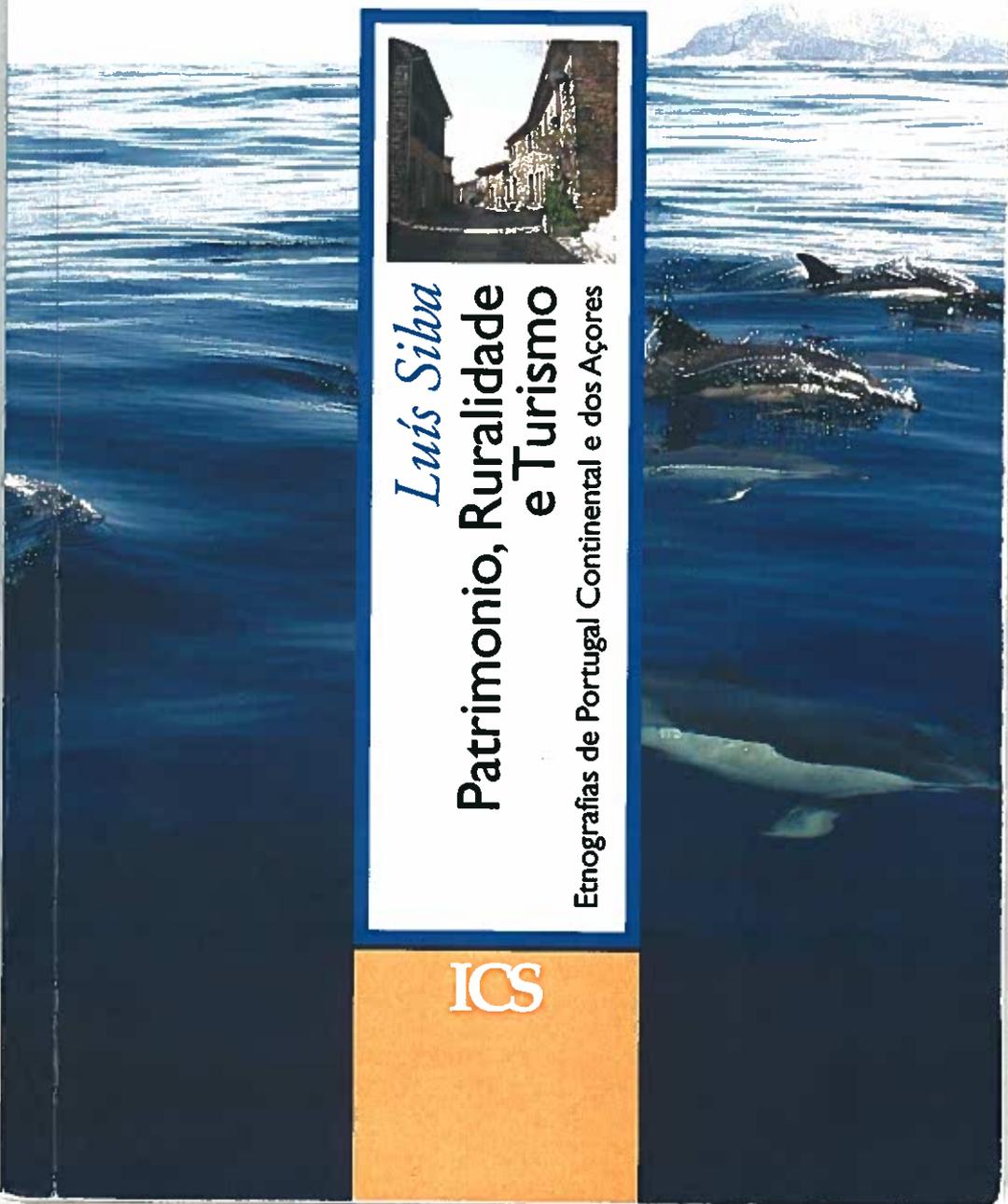
Antropologia



*Luís Silva*  
**Património, Ruralidade  
e Turismo**

Etnografias de Portugal Continental e dos Açores

ICS





I  
Por baixo da superfície  
da indústria do património.  
Governamentalidade  
e representação cultural  
da arquitetura doméstica  
em Castelo Rodrigo\*

### Introdução

Este capítulo analisa os processos contemporâneos de construção de património em meio rural. O principal objetivo é saber o que acontece quando casas habitadas são convertidas em património. Quem constrói património edificado, como e porquê? Que impacto tem a construção de património no contexto social? E como é que a proteção da habitação como património se reconcilia com a necessidade de as pessoas viverem nos edifícios? Procurando resposta para estas questões num contexto rural português, este capítulo mergulha por baixo da superfície da indústria do património nos detalhes desordenados de como as coisas realmente funcionam no terreno. Daí que também contribua para esclarecer a problemática transformação de propriedades privadas e familiares em património público, dando igualmente conta das relações de poder que caracterizam esses processos (Graham, Ash-

---

\* Este trabalho foi originalmente publicado em inglês na revista *Ethnologia Europaea*, publicada pela Museum Tusulanum Press, <http://www.mtp.dk> (L. Silva 2011).

worth e Tunbridge 2000; Gravari-Barbas 2005; Herzfeld 1991; Macleod 2010).

A discussão baseia-se em dados recolhidos em trabalho de campo antropológico efetuado na aldeia de Castelo Rodrigo no primeiro semestre de 2009. Ideias de conservação histórica surgiram aqui em 1922; nessa altura, o pelourinho manuelino<sup>1</sup> e as ruínas do castelo e das muralhas da fortaleza foram classificados como «monumento nacional». Posteriormente, em 1961, a igreja de Rocamador foi classificada como «imóvel de interesse público».<sup>2</sup> Mais recentemente, em 1995, a conservação histórica estendeu-se a todo o espaço dentro e em redor das muralhas da fortaleza. As fachadas e as coberturas da arquitetura privada foram então intervencionadas, em moldes que prefiguram uma retraditionalização. Ao mesmo tempo, o tecido urbano ficou sujeito às exigências da conservação histórica.

Este trabalho mostra que tanto as intervenções nos edifícios privados como as exigências da conservação histórica são intrinsecamente problemáticas, dado que os conservacionistas da história e a maioria dos residentes têm visões distintas sobre a habitação e, por conseguinte, distintos repertórios de intervenção nos edifícios.<sup>3</sup> É um exemplo claro de como indivíduos e grupos lutam para administrar e controlar o espaço, no sentido de satisfazer os seus interesses particulares (Lefebvre 1976 [1972]; 1991 [1974]). Em geral, os residentes afirmam sentir orgulho em viver numa aldeia classificada e que consideram «limpa, bonita e restaurada». Eles repro-

<sup>1</sup> O Manuelino, ou Gótico Português tardio, é o estilo ornamentado da arquitetura portuguesa das primeiras décadas do século XVI, incorporando elementos marítimos e representações das descobertas.

<sup>2</sup> Um bem considera-se de «interesse público» quando a respetiva proteção e valorização representa um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à categoria de «interesse nacional» é considerado excessivo.

<sup>3</sup> O autor começou a explorar o caso de Castelo Rodrigo noutra lugar (L. Silva 2010b), mas a abordagem teórica aqui é completamente diferente.

duzem a retórica da conveniência. Por um lado, o Estado ou a Câmara Municipal situados na cidade são responsáveis pelo património histórico, isto é, «pelos interesses dos residentes e da comunidade local», e, por outro lado, os residentes rejeitam a intervenção, especialmente a conservação histórica.

## O cenário

Castelo Rodrigo, a cerca de 100 km de Lisboa, é um município administrativo demarcado por muralhas e controlado por pontos de altitude. É um exemplo da conservação histórica em Portugal continental.

Antes de mais nada, trata-se de uma aldeia onde vivem pessoas que vivem em condições de pobreza, particularmente em grandes cidades como Lisboa, Ambrúcio, Cambique, França, etc. Há muitos exemplos de aldeias do século XVIII que viviam em palheiros e que, a partir de 1970, Castelo Rodrigo tornou-se temporário devido aos tornados, individualmente e em função da ausência das antigas aldeias de Moçambique. Naturalmente na ordem

1985; Herzfeld 1991; Ma-

bidos em trabalho de  
de Castelo Rodrigo no  
servação histórica surgi-  
do manuelino<sup>1</sup> e as ruínas  
za foram classificadas  
ente, em 1961, a igreja  
imóvel de interesse  
conservação histórica  
redor das muralhas da  
quietura privada foram  
refiguram uma retradi-  
urbano ficou sujeito às

enções nos edifícios pri-  
histórica são intrinseca-  
acionistas da história e  
as sobre a habitação e,  
ervenção nos edifícios.<sup>3</sup>  
grupos lutam para ad-  
de satisfazer os seus in-  
1991 [1974]). Em geral,  
ver numa aldeia classi-  
restaurada». Eles repro-

estilo ornamentado da arqui-  
vi, incorporando elementos

ando a respetiva proteção e  
ância nacional, mas para o  
interesse nacional» é conside-

Castelo Rodrigo noutro lugar (L. Silva  
ente diferente.

duzem a retórica da conservação histórica quando isso é da sua conveniência. Por exemplo, há uma opinião generalizada de que o Estado ou a Câmara Municipal deviam restaurar todos os edifícios situados na cidadela de Castelo Rodrigo por causa do seu valor histórico, isto é, «porque são muito antigos». No entanto, a maioria dos residentes resistem à apropriação oficial dos seus espaços de vida, especialmente as suas próprias casas, e criticam a retórica da conservação histórica quando ela vai contra os seus interesses.

## O cenário e o contexto

Castelo Rodrigo fica no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a cerca de 70 quilómetros da cidade da Guarda. O centro administrativo da freguesia que tem o seu nome é uma povoação amuralhada construída no topo de uma colina, a cerca de 820 metros de altitude. A aldeia de Castelo Rodrigo é, em vários aspetos, um exemplo da transformação socioeconómica que as áreas rurais de Portugal conheceram nas últimas seis décadas.

Antes de mais, registou-se um decréscimo no número de pessoas que vivem de atividades económicas ligadas ao sector primário, particularmente a agricultura, bem como um êxodo para as grandes cidades do país e para o estrangeiro, incluindo para Moçambique, França e Alemanha. A este respeito, embora não existam números exatos disponíveis, os habitantes recordam que, em meados do século XX, «não havia casas para todos e muitas pessoas viviam em palheiros», e que, no início dos anos 1970, a aldeia ficou «despovoada e transformada num monte de ruínas». Na década de 1970, Castelo Rodrigo registou um crescimento populacional temporário devido (principalmente) à chegada de famílias de *retornados*, indivíduos que regressaram a Portugal após a independência das antigas colónias portuguesas em África, sobretudo de Moçambique. Nos anos seguintes, na aldeia, o êxodo esteve novamente na ordem do dia.

Nos anos 1990, o declínio da atividade económica em Castelo Rodrigo começou a ser contrariado. Alguns indivíduos independentes, bem como a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, começaram a ganhar dinheiro com o crescente número de visitantes em busca de experiências turístico-culturais.<sup>4</sup> O primeiro negócio turístico surgiu aqui por iniciativa de Lurdes Saraiva, uma professora aposentada do ensino primário na casa dos 60 anos. O negócio foi criado em parceria com uma irmã mais nova, também professora primária. Em 1993, elas começaram a oferecer serviços de alojamento numa casa «tradicional» na aldeia; a casa resulta da extensão e adaptação de uma velha casa de pedra e um palheiro. Esta iniciativa foi precedida e seguida por outras iniciativas, públicas e privadas, destinadas a tirar partido do valor económico do património (Bendix 2009; Graham, Ashworth e Tunbridge 2000, 17, 20-22; Kirshenblatt-Gimblett 1998). Desde 2002, a indústria do turismo tem florescido modestamente na aldeia, quer em termos de oferta, quer em termos de procura.<sup>5</sup>

Presentemente, o turismo é a principal atividade económica para seis (90%) residentes permanentes – a maioria dos quais são recém-chegados –, bem como para uma dezena de pessoas que não residem na povoação, incluindo três empresários turísticos.

---

<sup>4</sup> A presença de visitantes na aldeia remonta, pelo menos, à década de 1970; no dia 6 de março de 1980, a Junta de Freguesia «deliberou que se efetuassem diligências no sentido de proibir a mendicidade junto dos forasteiros que visitam esta freguesia».

<sup>5</sup> Desde que abriu em 2002, o posto de turismo registou um número crescente de visitantes. O máximo histórico foi atingido em 2009, com 47 731 visitantes, a maioria dos quais eram portugueses, secundados pelos espanhóis, devido à proximidade geográfica; a grande maioria dos visitantes não pernoitam na aldeia. Relativamente à oferta, a indústria de turismo local compreende duas pequenas unidades de alojamento turístico, um café, um salão de chá, uma loja de produtos *gourmet*, um posto de turismo, e três lojas de velharias, artesanato e produtos locais localizadas na cidadela; nos arredores desta, há ainda uma loja de produtos locais, um restaurante, um parque de campismo e de lazer com uma piscina ao ar livre.

A maioria da p  
ministração pú  
drigo, a cerca d  
na fábrica de c  
em transportes,  
de Foz Côa, cla  
CO em 1998.

Em geral, os r  
turistas, sobretu  
gumas pessoas, e  
das expectativas  
sacrificar os seu  
às suas casas, en

## Poder polít

A Câmara M  
papel preponder  
Castelo Rodrigo  
cio da década de  
servação das mu  
de Cristóvão de  
nismo nacional  
O plano dos líde  
sivo em 1995, cc  
*de Recuperação de*

---

<sup>6</sup> O palácio foi m  
marquês de Castelo l  
tantes nos anos 1640  
visto como um símb  
cipal, a ruína é agora  
de um euro.

de económica em Castelo  
alguns indivíduos indepen-  
da Câmara Municipal, co-  
n um número de visitantes  
bras.<sup>4</sup> O primeiro negócio  
Saraiva, uma profes-  
casa dos 60 anos. O negó-  
mais nova, também pro-  
gram a oferecer serviços de  
aldeia; a casa resulta da ex-  
pedra e um palheiro. Esta  
iniciativas, públicas e  
valor económico do patri-  
orth e Tunbridge 2000, 17,  
desde 2002, a indústria do  
na aldeia, quer em termos

principal atividade económica  
- a maioria dos quais são  
na dezena de pessoas que  
três empresários turísticos.

pelos menos, à década de 1970;  
deliberou que se efetuassem di-  
mento dos forasteiros que visitam

registou um número crescente  
em 2009, com 47 731 visitantes,  
os pelos espanhóis, devido à pro-  
tantes não pernoitam na aldeia.  
local compreende duas pequenas  
ção de chá, uma loja de produtos  
lharias, artesanato e produtos lo-  
há ainda uma loja de produtos  
o e de lazer com uma piscina ao

A maioria da população empregada trabalha nos serviços, na administração pública e no comércio em Figueira de Castelo Rodrigo, a cerca de dois quilómetros da aldeia; os outros trabalham na fábrica de cerâmica junto a Castelo Rodrigo, na construção, em transportes, na agricultura e, também, no parque arqueológico de Foz Côa, classificado como Património Mundial pela UNESCO em 1998.

Em geral, os residentes têm uma visão positiva do turismo e dos turistas, sobretudo porque proporcionam dinheiro extra para algumas pessoas, ainda que de modo sazonal e normalmente aquém das expectativas e vontades. No entanto, queixam-se por terem de sacrificar os seus próprios interesses, nomeadamente em relação às suas casas, em favor dos interesses do turismo.

## Poder político e arquitetura rural

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo teve um papel preponderante no desenvolvimento do turismo cultural em Castelo Rodrigo. Este papel começou a ser desempenhado no início da década de 1990, altura em que a autarquia promoveu a preservação das muralhas e do castelo – que inclui as ruínas do palácio de Cristóvão de Moura (1538-1613)<sup>6</sup> –, em parceria com o organismo nacional responsável pela tutela destes monumentos. O plano dos líderes políticos da autarquia teve um impulso decisivo em 1995, com a integração de Castelo Rodrigo no *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal*.

---

<sup>6</sup> O palácio foi mandado construir no século XVI por Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo. Oficialmente, o palácio foi incendiado pelos habitantes nos anos 1640, após a Restauração da Independência de Portugal, por ser visto como um símbolo da opressão castelhana. Explorada pela Câmara Municipal, a ruína é agora uma atração turística cuja entrada está sujeita ao pagamento de um euro.

A aldeia de Castelo Rodrigo entrou neste programa porque reunia vários critérios de seleção, entre os quais a «existência de património arquitetónico classificado» e «interesse histórico-cultural». Apresentada pela Câmara Municipal à entidade coordenadora, a candidatura assentou no plano de aldeia desenhado por uma equipa de arquitetos da cidade do Porto, cujo líder projetou a «memória da ruína» no castelo e no palácio. O plano de aldeia identificava os trabalhos a efetuar em Castelo Rodrigo e as entidades responsáveis, incluindo nos edifícios privados. O derradeiro objetivo era exibir a povoação para o turismo, num processo que John Urry (1999, 220) descreveria como «desenhando para o olhar». Na ótica do autor, «os arquitetos e as práticas arquitetónicas têm uma importância central na formação do olhar turístico contemporâneo» (Urry 1999, 220).<sup>7</sup>

Em Castelo Rodrigo, isso é claramente observável. A aldeia foi posta em exibição para o turismo por arquitetos, quer os que projetaram o plano de aldeia, quer os que trabalham para os organismos de conservação histórica. Quase todas as obras envolveram tensões e relações de poder, particularmente a igreja de Rocamador e a iluminação pública.<sup>8</sup> No entanto, os trabalhos mais contenciosos foram os que incidiram sobre as casas, que são o objeto de estudo deste capítulo.

A teorização de património de Kirshenblatt-Gimblett (1998) é uma ferramenta útil para entender melhor este processo. De

---

<sup>7</sup> O «olhar turístico» descreve o consumo visual de sinais ou símbolos considerados extraordinários de um ponto de vista culturalmente específico e, portanto, merecedores de visualização (Urry 2002 [1990]). «Quando as pessoas visitam lugares fora de capitais e outros centros importantes, o que elas acham agradável são edifícios que parecem apropriados para o lugar e que diferenciam esse lugar dos outros» (Urry 1999, 224).

<sup>8</sup> Por exemplo, a maioria dos residentes assinaram uma petição pública tendo em vista a reposição dos antigos candeeiros de rua que foram substituídos por outros mais modernos, mas não conseguiram alcançar o objetivo.

acordo co-  
edifícios, s  
vida como  
prios». Esg  
quirem no-  
quilo que  
intimamen  
torna econ  
prios» edifi  
no passado

Nesta fo  
práticas cor  
plo, estes sã  
edifícios de-  
casos em qu  
nio é simult  
arquitetura  
multaneam  
como repres  
*habitats* soci  
rência da pri  
está em disc

## As duas

Desde o s  
drigo, a arqu  
locais, como  
ramentos roc  
tir do pano c  
raços que ac  
como noutra  
casas costum

acordo com a autora, as práticas de património dotam objetos, edifícios, sítios, tecnologias ou modos de vida de uma «segunda vida como património», uma vida «como exposições de si próprios». Esgotada a sua função inicial – a primeira vida –, eles adquirem novas funções e valores, ou renascem como exposição daquilo que deixaram de ser. Além disso, o «renascimento» está intimamente relacionado com o turismo, dado que o turismo torna economicamente viável «como representações de si próprios» edifícios e práticas que «já não podem sustentar-se como no passado» (Kirshenblatt-Gimblett 1998, 149-151).

Nesta formulação teórica, as duas vidas de edifícios, objetos e práticas convertidos em património sucedem-se entre si. Por exemplo, estes são os casos da cultura material exposta nos museus e dos edifícios devolutos convertidos em alojamento turístico. Porém, há casos em que a segunda vida de edifícios e práticas como património é simultânea à sua primeira vida. Isto aplica-se, por exemplo, à arquitetura privada em Castelo Rodrigo, onde as casas servem, simultaneamente, como habitação para a população da aldeia e como representações de si próprias, tendo uma primeira vida como *habitats* sociais e uma segunda vida como património. É a coocorrência da primeira e da segunda vida nos mesmos objetos que aqui está em discussão.

## As duas vidas da habitação

Desde o século XIX até meados do século XX, em Castelo Rodrigo, a arquitetura doméstica foi sendo construída com materiais locais, como pedra de granito e argamassa, muitas vezes com afloamentos rochosos na base; algumas casas foram construídas a partir do pano de muralhas da fortaleza, onde foram construídos terraços que acabaram por obstruir o respetivo passeio de ronda. Tal como noutras aldeias das regiões do Centro e do Norte do país, as casas costumavam ter dois pisos – o rés do chão e o primeiro andar.

Normalmente, o rés do chão era usado para a guarda dos animais ou para a instalação do lagar e da adega, que não todos os residentes possuíam, particularmente os mais pobres de entre eles. Em alguns casos, havia também uma tarimba onde os filhos solteiros dormiam, enquanto as filhas dormiam no quarto. Em concomitância, havia um «cinzeiro» para onde eram deitadas as cinzas da lareira que, posteriormente, eram usadas como fertilizante. O primeiro andar tinha uma cozinha e um ou dois quartos. As portas e janelas eram feitas de madeira e os telhados eram sustentados por vigas de madeira, sem placa de cimento armado. Para aumentar o isolamento, os proprietários mais afortunados costumavam cobrir as pedras das fachadas com reboco de argamassa e cal, diferentemente dos mais pobres, que as mantinham à vista.

As coisas começaram a mudar nas primeiras décadas do século XX, com a aplicação de materiais industriais ou produzidos em massa, como o tijolo, o cimento e o alumínio, e com o uso generalizado das pinturas de tinta e cal. O uso de materiais industriais nos edifícios vulgarizou-se nas décadas de 1970 e de 1980, por ação de vários grupos então ligados à aldeia: as famílias de *retornados*; os que se instalaram para trabalhar na fábrica de cerâmica e outros artífices; os que imigraram, sobretudo para França, e fizeram casa na aldeia com o dinheiro que lá ganharam; e os que viveram continuamente em Castelo Rodrigo.

Todos investiram no sentido de melhorar as condições de habitação das velhas casas de pedra onde nasceram e viveram – casas que eram normalmente pequenas, escuras e com poucas divisões, separadas por pequenas partições feitas de palha e barro; casas que não tinham eletricidade, água canalizada e casa de banho, e cujas paredes interiores eram enegrecidas pelo fumo da lareira que as toscas chaminés não expeliam devidamente.<sup>9</sup> Este tipo de constru-

---

<sup>9</sup> A aldeia tem eletricidade desde 1970, água canalizada desde 1987 e saneamento desde 1988.

ção não era exclusivamente nas casas, e na igreja. Por um piso com bloco de pedra, substituída por outras pedras de chão em garagens. Os pobres construíram novos e antigos palheiros e substituíram de modé- guos.

Na maioria das casas, de acordo com os proprietários: primeiro: a casa de banho. Os habitantes já faziam a casa representavam a tradição; segundo: a parede de tijolo e a casa ainda é. Em substituição das suas necessidades físicas e preferências estéticas todos os proprietários a melhoria das suas condições de cair em ruínas progressar.

A Câmara Municipal tentar controlar a altura em 1940, altura em que e todas as obras realizadas e pelo organismo jetivo era evitar a

usado para a guarda dos ani-  
da adega, que não todos os  
os mais pobres de entre eles.  
na tarimba onde os filhos sol-  
ormiam no quarto. Em con-  
onde eram deitadas as cinzas  
m usadas como fertilizante.  
ha e um ou dois quartos. As  
ra e os telhados eram susten-  
ca de cimento armado. Para  
ários mais afortunados costu-  
s com reboco de argamassa e  
que as mantinham à vista.  
a primeiras décadas do século  
industriais ou produzidos em  
alumínio, e com o uso gene-  
O uso de materiais industriais  
de 1970 e de 1980, por ação  
bia: as famílias de *retornados*;  
a fábrica de cerâmica e outros  
ho para França, e fizeram casa  
bararam; e os que viveram con-

melhorar as condições de habi-  
de nasceram e viveram – casas  
escuras e com poucas divisões,  
tas de palha e barro; casas que  
zada e casa de banho, e cujas  
pelo fumo da lareira que as  
amente.<sup>9</sup> Este tipo de constru-

gua canalizada desde 1987 e sanea-

ção não era exclusivo das casas mais humildes, encontrando-se igualmente nas casas dos «ricos», dos grandes proprietários de terras, e na igreja. Por conseguinte, vários proprietários acrescentaram um piso com blocos de tijolo e cimento armado às velhas casas de pedra, substituíram as velhas portas e janelas exteriores de madeira por outras de alumínio e ferro, e transformaram o rés do chão em garagens, quartos ou arrecadações. Alguns dos mais pobres construíram as suas casas mediante a ampliação vertical de antigos palheiros, enquanto alguns dos mais afortunados as ampliaram de modo horizontal, através da fusão de edifícios contíguos.

Na maioria dos casos, as casas foram construídas de forma faseada, de acordo com as possibilidades económicas dos proprietários: primeiro a cozinha, depois os quartos e, finalmente, a casa de banho. Os habitantes recordam que «eram tempos em que cada um ia fazendo a casa conforme podia». Os materiais modernos representavam a novidade e eram mais baratos do que os materiais tradicionais; segundo os habitantes, «era mais barato fazer uma parede de tijolo do que fazer uma parede de pedra», tal como hoje ainda é. Em suma, os proprietários foram renovando e construindo as suas casas de acordo com vários fatores, tais como necessidades físicas e sociais, conceções de casa e espaço doméstico, preferências estéticas e possibilidades económicas. Porém, nem todos os proprietários investiram na manutenção física e na melhoria das suas casas em Castelo Rodrigo; muitos deixaram-nas cair em ruínas porque saíram da povoação e não tencionavam regressar.

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo começou a tentar controlar o espaço edificado em Castelo Rodrigo nos anos 1940, altura em que tornou proibido o encalar das fachadas das casas e todas as obras não autorizadas pelos serviços técnicos municipais e pelo organismo nacional de conservação histórica. O principal objetivo era evitar a erupção da «modernidade» na aldeia, em defesa

da marca prestigiada do passado. No entanto, nem a Câmara Municipal nem os organismos de conservação histórica conseguiram fazer com que os residentes cumprissem as normas, muito por causa da falta de controlo e de meios. Os residentes de então recordam que «ninguém fazia caso das obras efetuadas em Castelo Rodrigo, nem a Câmara Municipal, nem o IPPAR». O único quesito que a Câmara Municipal viu ser satisfeito pela maioria dos residentes foi o disfarçar da «modernidade», mediante a colocação de pequenas pedras de granito nas fachadas dos edifícios. Incluem-se aqui não só as casas, mas também as arrecadações e garagens que os residentes foram construindo dentro e fora de muralhas.

A primeira candidatura de Castelo Rodrigo ao programa das Aldeias Históricas de Portugal foi rejeitada pelos responsáveis não só por causa do estado avançado de ruína da maioria dos edifícios, mas também por causa do aspeto «moderno» de muitos outros. A candidatura foi aprovada apenas quando os arquitetos que desenharam o plano de aldeia requereram a sua reapreciação, alegando ser uma excelente oportunidade para corrigir a situação de «ruína e contaminação». Após a aprovação da candidatura, os organismos de conservação histórica e a Câmara Municipal passaram a ter mais motivação e mais meios para controlar o espaço urbano. Isto mudou drasticamente o quadro evolutivo da arquitetura doméstica na aldeia, criando fricção entre os donos das casas e os organismos de conservação histórica, na medida em que as casas passaram a incorporar duas vidas diferentes – uma primeira vida como *habitats* sociais para a população da aldeia e uma segunda vida como património.

Seguindo uma tendência comum no estudo do património (por exemplo, Bendix e Hafstein 2009; Cesari 2010; Hodges 2009; L. Smith 2004; 2006), o processo pode ser descrito como uma prática governamental, nos termos fixados por Foucault (1991; 2002 [1994]). Na ótica do autor, o governo moderno de populações – «governamentalidade» – é exercido por intermédio de «tecnolo-

gias» de poder, isto é, mais racionalidades. O exercício de poder que define as políticas [1994], 341).

A teoria da governação ajuda a compreender o caso de Castelo Rodrigo. Neste sentido, a «governamentalidade» da Câmara Municipal era raciocinada em termos de um destino turístico como uma tecnologia de condução dos indivíduos. As questões estéticas dos edifícios aqui está em análise, mas algumas limitações do património. De modo a manter a resistência, nem a intervenção governamental (ver

O plano de aldeia de Castelo Rodrigo a um estado anterior descreveria corretamente os relictos são reconstruído e imaginado» (Hodges 2009). propunha-se restaurar as estruturas tetónicas», isto é, e tijolo e o alumínio prestígiados e legítimos.

A situação pode ser descrita em termos de Rautenberg (2003) especialistas consideram a intervenção industrial constituir e acreditam existir

entanto, nem a Câmara Municipal nem as normas, muito por causa dos residentes de então recordam efetuadas em Castelo Rodrigo, «PTAR». O único quesito que a maioria dos residentes foi perante a colocação de pequenas edificações. Incluem-se aqui não só casas e garagens que os residentes tinham muralhas.

Castelo Rodrigo ao programa das Aldeias Históricas, impulsionada pelos responsáveis não só a ruína da maioria dos edifícios, mas também «moderno» de muitos outros. Quando os arquitetos que desenvolveram a sua reapreciação, a possibilidade para corrigir a situação de aprovação da candidatura, os orçamentos e a Câmara Municipal passaram meios para controlar o espaço urbano e o quadro evolutivo da arquitetura entre os donos das casas históricas, na medida em que as condições diferentes – uma primeira população da aldeia e uma se-

gundo o estudo do património (por exemplo, Cesari 2010; Hodges 2009); pode ser descrito como uma prática desenvolvida por Foucault (1991; 2002) governo moderno de populações segundo o intermédio de «tecnolo-

gias» de poder, isto é, práticas animadas e justificadas por uma ou mais racionalidades científicas, segundo «estratégias» contingentes. O exercício do poder é uma «conduta da conduta», uma ação que define as possibilidades de ação dos outros (Foucault 2002 [1994], 341).

A teoria da governamentalidade é uma ferramenta útil para compreender o caso de Castelo Rodrigo, pelo menos em parte. Neste sentido, a «estratégia» do governo nacional e da Câmara Municipal era racionalizar o espaço urbano da aldeia para criar um destino turístico. O saber científico de arquitetura funciona como uma tecnologia de governo que ajuda a determinar a conduta dos indivíduos relativamente à arquitetura e às características estéticas dos edifícios na aldeia. É esta organização de espaço que aqui está em análise. No decurso desta serão postas em evidência algumas limitações da teoria da governamentalidade no estudo do património. De modo sucinto, a governamentalidade não contempla a resistência e a contestação ao conhecimento especializado, nem a interferência na conduta e a subversão da atividade governamental (ver também L. Smith 2004).

O plano de aldeia pretendia restaurar os edifícios e devolvê-los a um estado anterior, pré-moderno, num processo que Matt Hodges descreveria como «antiquação simbólica», «através da qual artefactos são reconstruídos como *simulacro* de um estado prévio imaginado» (Hodges 2009, 77; ênfase no original). Para o efeito, propunha-se restaurar os edifícios e corrigir as «dissonâncias arquitetónicas», isto é, eliminar os elementos novos e espúrios, como o tijolo e o alumínio, que se considera contaminarem os materiais prestigiados e legítimos do passado, como a pedra e a madeira.

A situação pode ser entendida nos moldes sugeridos por Michel Rautenberg (2003) em relação ao património rural em França. Os especialistas consideram que a arquitetura vernacular e a arquitetura industrial constituem duas arquiteturas diferentes e incompatíveis, e acreditam existir uma «ruptura» entre um mundo tradicional e o

mundo contemporâneo. Pelo contrário, os proprietários das casas consideram que há uma «continuidade histórica» entre ambas as arquiteturas e que elas são compatíveis (Rautenberg 2003, 93).

Foi o que aconteceu, e continua a acontecer, em Castelo Rodrigo. Em teoria, o plano de intervenção física nos edifícios previa as seguintes operações: recuperação de fachadas; recuperação e uniformização de telhados; remoção de impurezas «modernas» das fachadas e coberturas (antenas de televisão, balcões, estendais de roupa, estores e persianas); colocação de portas e janelas exteriores de madeira; descobrimento das pedras das fachadas dos edifícios com bons acabamentos de alvenaria; e revestimento das pedras das fachadas com rebocos e pintura de cal ou tinta em situações em que se «comprova ser essa a forma original de acabamento do imóvel». Na prática, porém, as coisas passaram-se de maneira diferente, por várias razões.

Antes de mais, os trabalhos foram efetuados de forma faseada e os fundos chegaram ao fim antes de terem sido renovados todos os edifícios. O trabalho começou por incidir sobre os edifícios situados nas duas principais ruas da aldeia, independentemente das suas funções e usos. Com o tempo, 105 edifícios privados foram objeto de intervenção, tanto habitados como não habitados, num universo de aproximadamente 130. Incluem-se aqui 65 casas. Menos de metade das casas estão habitadas em permanência, cerca de um terço das restantes são usadas como casa de férias ou residência secundária, e as restantes permanecem ao abandono. A maioria delas pertencem a pessoas da aldeia, umas residentes na povoação, outras noutros pontos do país e no estrangeiro. As outras casas pertencem a cidadãos ou a forasteiros de aldeias próximas.

A aldeia tem 62 residentes permanentes e cerca de 40 residentes temporários, um terço dos quais com mais de 65 anos. Enquanto 69% dos residentes permanentes afirmam ser da aldeia, os outros 31% são recém-chegados – mais de dois terços deles fixaram-se na década de 1970, por via do casamento ou por terem obtido em-

prego na zona; os outros vieram trabalhar no turismo. O trabalho foi feito por quem vive e trabalha na aldeia, particularmente em Castelo Rodrigo, e os proprietários de residências não tinham uma relação direta com o trabalho.

Outro problema é a falta de recursos no plano de aldeia. A intervenção foi parcialmente construída quando não houve fundos para as fachadas dos edifícios. Como a região é rica em pedras, a pedra das fachadas foi utilizada em massa com tom laranja. O uso desta argamassa «torna as casas mais miúdas e permite inf...

Outrossim, houve uma primeira onda de demolição de edifícios situados fora das muralhas. A sua demolição total ocorreu dentro da zona de proteção e monumentos exteriores do aldeamento [setembro de 2001]. O fim de manter as suas funções de um casal de agricultores na década de 1980 contribuiu para a perda da sua casa, a perda de uma identidade de forte angústia e de...

Desde pequena que trabalhamos toda a vida e os tetos queriam deitar...

prego na zona; os outros fixaram-se na década de 2000 para trabalhar no turismo. Os residentes temporários incluem indivíduos que vivem e trabalham noutros pontos do país e no estrangeiro, particularmente em França, assim como meia dúzia de recentes proprietários de residências secundárias, parte dos quais não tinham uma relação prévia com a aldeia.

Outro problema enfrentado pelos arquitetos na implementação do plano de aldeia foi a existência de muitos edifícios inteira ou parcialmente construídos com tijolos e cimento. Nesses casos, quando não houve demolição, os arquitetos decidiram cobrir as fachadas dos edifícios com reboco e pintura de cor laranja porque a região é rica em argila. Esta foi também a razão por que a pedra das fachadas foi realçada através da utilização de uma argamassa com tom laranja nas juntas. Muitos residentes criticam o uso desta argamassa, porque a água da chuva arrasta-a e, dizem, «torna as casas mais porosas e húmidas, porque a areia é muito miúda e permite infiltrações».

Outrossim, houve resistências por parte da população local. A primeira onda de resistência partiu dos proprietários dos edifícios situados fora das muralhas da fortaleza. Os arquitetos projetaram a sua demolição total ou parcial, por serem edifícios «modernos» construídos dentro da zona de proteção do monumento nacional; a zona de proteção estende-se a 50 metros, contados a partir dos limites exteriores do artefacto [Artigo 43.º, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro de 2001]. Porém, os proprietários impediram tal ação, a fim de manter as suas casas e garagens. Por exemplo, este foi o caso de um casal de agricultores, sexagenários, cuja casa foi construída na década de 1980 com tijolos e cimento. Numa conversa informal perto da sua casa, a proprietária recorda ter então vivido um período de forte angústia e desespero:

Desde pequena que sonho ter uma casa minha. Eu e o meu marido trabalhámos toda a vida para realizar esse sonho. E, depois, os arquitetos queriam deitar-ma abaixo. Eu sou uma pessoa muito nervosa,

e um dia, depois de ter passado algumas noites sem conseguir dormir, peguei na espingarda do meu marido e pedi-lhe que me ensinasse a disparar... se eles me destruíssem a casa, eu matava-os; felizmente, isso nunca aconteceu.

Outro exemplo encontra-se no testemunho do proprietário de uma garagem na casa dos 70 anos, registado numa das nossas habituais conversas junto às muralhas:

Um dia, o presidente da Câmara veio ter comigo, acompanhado pelo arquiteto, e disse que era preciso demolir a garagem. E eu disse-lhe: «você pode demolir a garagem, mas só se me construir outra dentro da aldeia». Quando ele me disse que isso não era possível, eu respondi-lhe: «então, nada feito».

O único trabalho que estes proprietários consentiram em fazer foi a remoção das pequenas pedras de granito das fachadas dos edifícios previamente colocadas para disfarçar a «modernidade». Os residentes, embora admitam que «as pedras pequenas não ficam bem numa aldeia histórica», têm alguma dificuldade em perceber como é possível que as autoridades queiram agora desfazer um trabalho que tornaram obrigatório em anos anteriores. Por exemplo, este é o caso de um septuagenário que possui uma casa «moderna» no centro histórico da aldeia:

Um dia, os trabalhadores da empresa que andou a restaurar as casas aqui na aldeia para as Aldeias Históricas vieram mudar o telhado da minha casa [...], e puseram andaimes à volta da casa toda. Eu aproximei-me e disse: «O que é que vocês estão a fazer?» Eles disseram: «O que é que estamos a fazer? Estamos a retirar as pedras de granito das fachadas.» E então eu disse-lhes: «Mas que diabo!? Eu andei tanto, mais a minha mulher e um filho, para encontrar essas pedras e para as trazer para aqui num burro, para depois as pôr nas fachadas porque a Câmara Municipal me obrigou a isso, e agora você tiram-nas... Eu

não percebo nas  
riedades públicas

Resistência foi t  
situados dentro d  
meira fase. A resis  
económica, já que  
a percentagem de  
sabilidade dos priv  
ram por receio de  
que a Câmara Mu  
salvaguardadas as  
contrário, o subsid

Entretanto, as ol  
e relações de poder  
arquitetos e os pro  
quiteto não pode  
consultar oralment  
plicados na produç  
1976 [1972], 16). E  
arquitetos e os outr  
balhos a efetuar em

Em certos casos,  
que eles viam como  
concretizar o almejo  
com a imagem estéti  
nário Martins (191  
fachadas de todos  
segundo os arquiteto  
dos, como eram na  
ciada a uma mudar  
vista: no passado, e  
representa riqueza e

não percebo nada disto.» Eu sei que fica melhor assim, mas as autoridades públicas não podem brincar com as pessoas.

Resistência foi também a atitude dos proprietários dos edifícios situados dentro das muralhas da fortaleza, sobretudo numa primeira fase. A resistência não foi motivada por razões de ordem económica, já que a Câmara Municipal oferecia o projeto e cobria a percentagem de custos que o programa declarava ser da responsabilidade dos privados, entre 10 e 25%. Os proprietários resistiram por receio de prejudicar os seus próprios interesses. Isto porque a Câmara Municipal financiava as obras apenas se fossem salvaguardadas as condições estabelecidas pelos arquitetos; caso contrário, o subsídio não era concedido ou era retirado.

Entretanto, as obras foram sendo feitas ao sabor de negociações e relações de poder entre as partes interessadas, principalmente os arquitetos e os proprietários. Como refere Henri Lefebvre, «o arquiteto não pode simplesmente desenhar, e não pode deixar de consultar oralmente (por intermédio da palavra) outros atores implicados na produção do espaço, sobretudo o usuário» (Lefebvre 1976 [1972], 16). Em Castelo Rodrigo, «para evitar conflitos», os arquitetos e os outros profissionais negociaram os detalhes dos trabalhos a efetuar em cada caso particular com o(s) proprietário(s).

Em certos casos, tiveram de abdicar das suas normas – e daquilo que eles viam como sendo a conduta apropriada –, no sentido de concretizar o almejado restauro dos edifícios. Foi o que aconteceu com a imagem estética dos edifícios. Influenciados pelo padre Canário Martins (1911-2005), os residentes exigiram o descobrir das fachadas de todos os edifícios, inclusivamente nos casos em que, segundo os arquitetos, deviam ser rebocados e caiados ou pintados, como eram no passado. A atitude dos residentes está associada a uma mudança no significado das fachadas com a pedra à vista: no passado, era associada a pobreza; agora, pelo contrário, representa riqueza e bom gosto.

Houve também alguns proprietários que conseguiram impor condições contrárias ao plano dos arquitetos. Por exemplo, um quinquagenário, então membro da Junta de Freguesia, conseguiu impedir a demolição de um balcão «moderno» na sua casa situada na rua principal. De igual modo, um homem sensivelmente com a mesma idade apenas autorizou obras na sua casa – também situada na rua principal – quando os arquitetos atenderam à sua vontade de elevar o edifício ao nível de um torreão adjacente – que, hoje, funciona como jardim particular – e de manter uma claraboia no telhado. Um familiar do então presidente da Junta de Freguesia também conseguiu construir um piso adicional na sua casa, mantendo pequenas pedras de granito nas fachadas.

Pelo contrário, a maioria dos residentes tiveram de sujeitar-se ao estipulado no plano dos arquitetos. Uns viram, assim, ser rejeitadas as intenções de construir um piso adicional em suas casas ou de aumentar o pé direito de sótãos – muitas vezes para acolher as famílias dos filhos quando estão de visita à aldeia; outros viram ser demolidos acrescentos «modernos» aos edifícios, como balcões; e outros, finalmente, foram desautorizados a abrir janelas nas fachadas e a colocar claraboias nos telhados, mesmo em casos em que a entrada de luz natural é muito limitada.

Com a passagem do tempo, porém, alguns procedimentos adotados pelos especialistas para exibir a arquitetura doméstica para o turismo foram revertidos pelos residentes, por se revelarem contrários aos seus próprios interesses. Por exemplo, alguns residentes reinstalaram caleiras e estendais de roupa nas fachadas das suas casas, já que são úteis à habitação, primeira vida dos espaços domésticos enquanto *habitats* sociais. Outros reinstalaram antenas de televisão ou puseram parabólicas nos telhados, dado que a televisão por cabo na aldeia se avaria com muita frequência. Entre os que têm disponibilidade económica para tal, também houve quem substituísse as portas e janelas exteriores de madeira por outras de alumínio – embora de um tipo que aparenta ser madeira. Acontece

que a madeira colocada a e empena em pouco tempo termo térmico. Os residentes pelo empreiteiro da por não feito o devido trabalhos; e justificam os set as suas casas.

Os arquitetos e os org: guma dificuldade em jus de usar materiais «tradi: eles próprios usam mate Por exemplo, foi colocac palácio Cristóvão de Mo ralelamente, foram coloc: tuária construída junto à nio na sede da Associaçã Aldeias Históricas de Port antiga escola primária sit mitem a possibilidade de privada, mas apenas em si trolada por especialistas.

Os organismos respons telo Rodrigo – a Câmara i trimónio Arquitetónico e só atuam quando há den veem alguma anomalia. ( ou embargos de obras tê: mara Municipal afirmou gueira de Castelo Rodrige

Nós sabemos que há a Rodrigo, mas não quere dentes. Nós queremos m

que conseguiram impor  
arquitetos. Por exemplo, um  
de Freguesia, conseguiu  
«moderno» na sua casa situada  
homem sensivelmente com  
na sua casa – também si-  
arquitetos atenderam à sua  
de um torreão adjacente  
perpendicular – e de manter uma  
então presidente da Junta  
construir um piso adicional na  
de granito nas fachadas.  
residentes tiveram de sujeitar-se  
Uns viram, assim, ser rejei-  
piso adicional em suas casas  
- muitas vezes para acolher  
visita à aldeia; outros viram  
aos edifícios, como bal-  
autorizados a abrir janelas  
telhados, mesmo em casos  
limitada.  
alguns procedimentos ado-  
arquitetura doméstica para  
residentes, por se revelarem con-  
Por exemplo, alguns residentes  
roupa nas fachadas das suas  
primeira vida dos espaços do-  
Outros reinstalaram antenas de  
telhados, dado que a televi-  
muita frequência. Entre os  
para tal, também houve quem  
de madeira por outras de  
parenta ser madeira. Acontece

que a madeira colocada a expensas do programa é de má qualidade e empena em pouco tempo, não proporcionando o devido isolamento térmico. Os residentes costumam dizer que foram enganados pelo empreiteiro da obra, mas culpam a Câmara Municipal por não feito o devido acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos; e justificam os seus atos dizendo que querem isolar melhor as suas casas.

Os arquitetos e os organismos de conservação histórica têm alguma dificuldade em justificar junto dos residentes a necessidade de usar materiais «tradicionais» nos edifícios privados, enquanto eles próprios usam materiais «modernos» em edifícios públicos. Por exemplo, foi colocado ferro e aço nas ruínas do castelo e do palácio Cristóvão de Moura, bem como no posto de turismo. Paralelamente, foram colocadas uma porta de alumínio na casa mortuária construída junto à igreja de Rocamador e janelas de alumínio na sede da Associação para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal construída, em 2009, no edifício da antiga escola primária situado fora de muralhas. Os arquitetos admitem a possibilidade de usar materiais «modernos» na arquitetura privada, mas apenas em situações pontuais e quando a obra é controlada por especialistas.

Os organismos responsáveis pela conservação histórica em Castelo Rodrigo – a Câmara Municipal e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico – não têm supervisores e só atuam quando há denúncias ou quando os seus funcionários veem alguma anomalia. Casos de multas aplicadas aos infratores ou embargos de obras têm sido raros. Como o arquiteto da Câmara Municipal afirmou numa entrevista no seu gabinete em Figueira de Castelo Rodrigo,

Nós sabemos que há apropriações indevidas do espaço em Castelo Rodrigo, mas não queremos entrar em conflito aberto com os residentes. Nós queremos manter os espaços vividos em Castelo Rodrigo

e os residentes têm as suas necessidades – sabemos que as condições de habitação são difíceis por causa das condições climatéricas e de maus isolamentos.

Além de proibir novas construções dentro e em redor das muralhas da fortaleza, as normas de conservação histórica restringem bastante as alterações ao tamanho e à estética dos edifícios. Também proíbem a instalação de claraboias nos telhados e advogam o uso de portas e janelas exteriores de madeira. Em concomitância, obrigam a que todos os projetos sejam assinados por um arquiteto e tenham o parecer do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Tal acontece porque a aldeia e os edifícios são considerados património que deve ser protegido como um monumento histórico. E, obviamente, por causa do turismo.

O turismo é parte integrante da retórica usada pelos arquitetos para promover o respeito pelas normas de conservação histórica junto dos residentes. Eles tentam dissuadir os residentes de executar trabalhos inapropriados nos edifícios dizendo-lhes que, desse modo, irão «estragar a imagem turística da aldeia» e, por essa via, «prejudicar os seus próprios interesses», na medida em que Castelo Rodrigo deixará de atrair turistas. A imagem turística da aldeia, que a experiência turística geralmente reitera, como muitos turistas/visitantes disseram em entrevistas e conversas informais, é a de uma «aldeia medieval», «rústica» e «típica», como se estivesse suspensa numa espécie de passado mítico, «fora do tempo e do lugar reais» (MacCannell 1999 [1976], 41). Assim sendo, os arquitetos esforçam-se no sentido de promover uma interrupção voluntária do tempo, ou de congelar as formas de arquitetura popular no tempo.

Os empresários turísticos e os proprietários de residências secundárias aprovam o protecionismo arquitectónico. Na sua perspectiva, «ainda bem que as pessoas não podem fazer o que querem nas casas, porque é importante preservar a tradição e a traça antiga

dos edifícios». Por isso, que desrespeitam as propriedades de uma residência habitualmente vive

Muitas pessoas e mana do direito de que querem com a manter e construir manos, mas a verdade é que o património.

Nos termos de Kitchin, tal acontece porque a arquitetura própria serve os interesses turísticos, como dos proprietários, como vimos a razão por que se insurreto oportunidade de ganhar o benefício económico (de 1998, 151). Para os urbanos de concretizar o «sonho» (Löfgren 2008, 12) no segundo mundo como patrimônio histórico, como uma casa dos filhos de residentes e outros cidadãos endo malmente em casas rdois ou três edifícios «modernos» sistemas nas fachadas; com esta da habitação como p

Pelo contrário, a apropriação oficial de

dos edifícios». Por isso, eles criticam veementemente os residentes que desrespeitam as normas. Por exemplo, este é o caso do proprietário de uma residência secundária, advogado sexagenário, que habitualmente vive na cidade do Porto:

Muitas pessoas em Castelo Rodrigo ainda têm uma conceção romana do direito de propriedade e pensam que podem fazer aquilo que querem com as casas, como pôr portas e janelas de alumínio e manter e construir garagens. Nós já não estamos no tempo dos romanos, mas a verdade é que as pessoas estão a estragar o nosso património.

Nos termos de Kirshenblatt-Gimblett (1998), em boa medida, tal acontece porque a segunda vida das casas como exposições de si próprias serve os interesses particulares tanto dos empresários turísticos, como dos proprietários de residências secundárias; na verdade, como vimos anteriormente, a segunda vida foi a principal razão por que se instalaram na aldeia. Para os primeiros, é uma oportunidade de ganhar dinheiro com o turismo, ou de tirar proveito económico «do valor de exposição» (Kirshenblatt-Gimblett 1998, 151). Para os últimos, diferentemente, é uma oportunidade de concretizar o «sonho de uma residência secundária» (Bendix e Löfgren 2008, 12) no campo, simultaneamente dotada de uma segunda vida como património e situada num prestigiado conjunto histórico, como uma Aldeia Histórica de Portugal. Isto aplica-se a filhos de residentes que vivem e trabalham na cidade e também a outros cidadãos endinheirados. Acresce que todos eles vivem normalmente em casas maiores e mais bem isoladas – casas feitas de dois ou três edifícios contíguos e, em muitos casos, equipadas com «modernos» sistemas de aquecimento e janelas com vidro duplo nas fachadas; com estas janelas, subvertem a representação cultural da habitação como património que tanto defendem.

Pelo contrário, a maioria dos residentes permanentes resistem à apropriação oficial dos seus espaços de vida e lutam para continuar

a transformar as suas casas de acordo com as necessidades e as possibilidades do presente. Por outras palavras, eles esforçam-se para defender a primeira vida das casas como *habitats* sociais para a população da aldeia. Em seu entender, «já não [são] senhores das [suas] próprias casas, e não [podem] alterá-las a não ser como eles [os organismos de conservação histórica] querem». Os residentes reconhecem a importância da imagem turística e a necessidade de haver normas arquitetónicas, mas criticam a sua rigidez e, conseqüentemente, contestam a conduta da conduta.

Para entender melhor a situação, convém referir que a maioria das casas continuam a ser muito pequenas; muitas delas têm afloramentos rochosos no interior, o que agrava a situação. Paralelamente, a disposição interna da maioria das casas não satisfaz as necessidades físicas e sociais de uma família moderna, tais como abundância de luz natural e quartos individuais. Com efeito, poucos residentes podem dar-se ao luxo de expandir as suas casas de modo vertical ou de modo horizontal, porque as normas de conservação histórica restringem alterações ao tamanho dos edifícios e, sobretudo, porque os preços das casas são muito elevados. No decurso do trabalho de campo o autor conheceu três casais jovens que foram viver para outros lugares, principalmente para Figueira de Castelo Rodrigo, precisamente por estas razões.

Aqui vê-se mais claramente como a segunda vida como exposições de si próprias sufoca a primeira vida das casas como *habitats* sociais para a população da aldeia. A proliferação de negócios turísticos e, sobretudo, o aumento do número de residências secundárias obstaculizam a reprodução social da população da aldeia, pois levaram ao aumento do preço dos edifícios a ponto de os locais já não poderem dar-se ao luxo de comprar casas e os mais novos irem viver para outras terras. O afluxo de pessoas endinheiradas a Castelo Rodrigo é evidente nas palavras de um quinquagenário, segundo o qual «esta aldeia nunca teve tantas pessoas ricas como tem agora: um par de juizes, um advogado e cinco médicos».

Estas são as primeiras considerações para benefício da aldeia. O depoimento de

Eu queria ainda ter o quarto de baixar a cabeça para e um engenheiro tóricas vieram aqui seram-me: «você rência das casas turismo». Eu fiquei rências; a história: tuos residentes; drigo numa aldeia férias, onde algun

As palavras destinadas a retomar a formulação qual, na sua segunda prática são convencionais afirma que «as pessoas acusa os arquitetos -fantasma». O concílio, no sentido em referir-se à vida após a morte podem ser vistos como coisas». Talvez melhor bidos na tradição portuguesa e a vida após a morte acontece com as ca

Estas são as principais razões por que muitos residentes permanentes consideram ver sacrificadas as suas condições de habitação para benefício da versão oficial da história e da imagem turística. O depoimento de uma sexagenária exemplifica esta situação:

Eu queria aumentar 50 centímetros o pé direito do sótão onde tenho o quarto de dormir porque, quando me vou deitar, tenho que baixar a cabeça para não bater com ela no teto. Um dia, os arquitetos e um engenheiro que trabalhavam para o programa das Aldeias Históricas vieram aqui a casa e eu mostrei-lhes o quarto. Então, eles disseram-me: «você não pode fazer isso porque é proibido alterar a aparência das casas para preservar a história da aldeia e por causa do turismo». Eu fiquei furiosa e disse-lhes: «as pessoas não vivem de aparências; a história da aldeia é a história dos seus antigos, atuais e futuros residentes; o que vocês estão a fazer é transformar Castelo Rodrigo numa aldeia-fantasma, só com alojamentos turísticos e casas de férias, onde algumas pessoas vêm passar uns dias duas vezes por ano».

As palavras desta informante também dão uma boa razão para retomar a formulação de Kirshenblatt-Gimblett (1998), segundo a qual, na sua segunda vida como património, os edifícios, objetos e práticas são convertidos em representações de si próprios. Ela afirma que «as pessoas não vivem de aparências» e, em seguida, acusa os arquitetos de «transformar Castelo Rodrigo numa aldeia-fantasma». O conceito de segunda vida é aqui particularmente frutífero, no sentido em que a segunda vida pode, obviamente, também referir-se à vida após a morte. Os fantasmas, e as aldeias-fantasma, podem ser vistos como uma forma de vida após a morte – «aparências». Talvez melhor ainda, os fantasmas são habitualmente concebidos na tradição popular como estando suspensos entre esta vida e a vida após a morte, entre a primeira e a segunda vida, tal como acontece com as casas em Castelo Rodrigo.

## Conclusão

O objetivo desta investigação era compreender o que acontece quando a arquitetura doméstica é convertida em património cultural pelas autoridades públicas, a fim de criar destinos turísticos. Por outras palavras, pretendeu-se produzir um estudo de caso etnográfico dos detalhes desorganizados de como as coisas realmente funcionam no terreno quando a indústria do património toca um espaço que é vivido, e como isso afeta o contexto social. Teoricamente, o trabalho recorreu à teoria da «governamentalidade» de Foucault (1991) e à noção de «segunda vida como património» de Kirshenblatt-Gimblett (1998). O estudo centrou-se na aldeia de Castelo Rodrigo.

Do ponto de vista da teoria da governamentalidade, o património pode aqui ser visto como um ato de governo que mobiliza tecnologias de especialistas no sentido de definir a arquitetura como objeto de consumo turístico e de determinar a conduta da conduta. O plano de aldeia pode ser visto como uma ferramenta pedagógica e disciplinar que os arquitetos desenharam para ajudar a criar edifícios apropriados para o turismo. As normas relativas à arquitetura e às características estéticas dos edifícios podem ser vistas como desempenhando uma função disciplinar similar na aldeia.

No entanto, a partir dos resultados da investigação, é evidente que, apesar de ser útil para o estudo do património, a teoria da governamentalidade não descreve com exatidão a forma como as coisas realmente acontecem no terreno. Há aqui provas etnográficas de que a conduta da conduta está longe de ser tão eficaz quanto a sua formulação teórica nos pode fazer acreditar. Existe fricção entre os canais, interferência na conduta, contestação, dissidência, resistência e subversão, bem como compromisso. As agendas do governo central não se traduzem nitidamente nas tecnologias de especialistas e autoridades locais, embora a tradução

tenha lugar, nas dos reside:

Em Castelo flito social em c as autoridades património; os víduos; as emp rios das casas; c tâncias, para pr ou abdicam da que a teoria da do património. relação ao con pós-coloniais c

Os dados d teorização do cios e práticas c -Gimblett (199 não é só atribu letos», «fora de teórica indica, habitação para próprias, tend gunda vida cor

Como tamt primeira e da s entre indivíduos forma abreviad -se por defendi próprias, enqu fender a prime micos que que ccessidades e as

tenha lugar, nem estas moldam efetivamente as práticas quotidianas dos residentes, embora tenham um efeito considerável.

Em Castelo Rodrigo, a arquitetura passou a ser uma arena de conflito social em que diferentes tipos de relações de poder se digladiam: as autoridades públicas que iniciaram o processo de construção de património; os especialistas que tentam moldar a conduta dos indivíduos; as empresas de construção; os legítimos proprietários e usuários das casas; e os empresários turísticos. Dependendo das circunstâncias, para promover os seus próprios interesses, todos eles usam ou abdicam das suas relações de poder. Em última análise, é esta luta que a teoria da governamentalidade não permite captar no estudo do património, como muito bem refere Laurajane Smith (2004) em relação ao conhecimento científico de arqueologia em sociedades pós-coloniais como a Austrália e os Estados Unidos da América.

Os dados de Castelo Rodrigo também acrescentam *nuance* à teorização do património como a segunda vida de objetos, edifícios e práticas como representações de si próprios de Kirshenblatt-Gimblett (1998). Aqui vê-se que a segunda vida como património não é só atribuída a objetos, edifícios e práticas que estão «obsoletos», «fora de moda», «mortos» e «extintos» como a formulação teórica indica, porque as casas servem, simultaneamente, como habitação para a população da aldeia e como representações de si próprias, tendo uma primeira vida como *habitats* sociais e uma segunda vida como património.

Como também ficou claro neste trabalho, a coocorrência da primeira e da segunda vida nos mesmos edifícios provoca fricção entre indivíduos e grupos sociais com interesses divergentes. De forma abreviada, os defensores da conservação histórica esforçam-se por defender a segunda vida das casas como exposições de si próprias, enquanto a maioria dos residentes se esforçam por defender a primeira vida das suas casas como *habitats* sociais dinâmicos que querem continuar a transformar de acordo com as necessidades e as possibilidades do presente.

Além disso, em Castelo Rodrigo, a segunda vida sufoca a primeira vida. Antes de mais, ela congela no tempo edifícios cuja história é marcada por transitoriedade e mudança. Consequentemente, a maioria dos residentes são incapazes de continuar a fazer melhorias nas suas pequenas casas, por causa de medidas disciplinares restritivas. Em segundo lugar, e principalmente, ela impede a reprodução social da população da aldeia, na medida em que conduziu a um aumento no preço das casas – e outros edifícios – a ponto de a população local já não poder dar-se ao luxo de as comprar e os mais jovens irem viver para outras povoações. Para além de políticas de planeamento que proibem novas construções dentro e à volta das muralhas da fortaleza, tal é resultado do afluxo de indivíduos endinheirados à arena da aldeia em busca de negócios turísticos e, principalmente, de residências secundárias, como é frequentemente o caso em áreas rurais populares (cf. R. Sharpley e J. Sharpley 1997, 142).

A relação entre a segunda vida como património e o turismo só dificilmente surpreende, dada que são interdependentes (Kirschenblatt-Gimblett 1998, 151). Também não constitui grande surpresa o facto de o turismo ter efeitos modestos na economia local, e aquém das expectativas e vontades. De facto, em Portugal, a contribuição efetiva do turismo para a regeneração rural tende a ser reduzida (por exemplo, Cavaco 1995; L. Silva 2009a; 2010a), como é frequentemente o caso na Europa Ocidental, embora alguns autores possam fazer acreditar no oposto (por exemplo, Greffe 1994; Timothy e Boyd 2003).

O que é surpreendente é a relação entre a segunda vida como património e as residências secundárias, embora alguns autores as vejam como uma forma de turismo (Jaakson 1986; Sharpley e Sharpley 1997; Strapp 1988). Em Castelo Rodrigo, a principal atração das residências secundárias é a sua segunda vida como património. Além disso, a segunda vida provou ser mais adequada para uma residência secundária que para uma residência principal, por

diferentes razões. uma família mod- paços amplos, nã- dências secundária- as pessoas passar- em residências se- possa tornar-se nu Löfgren 2008, 14) mente neste traba- tários de residênc- por ano».

Por outro lado, fendem abertame posições de si pr- pela arquitetura v- que os proprietári- objetos «antigos»

A lição que apr- dar a compreend- geral. O carácter c- ham, Ashworth e Tunbridge e Ashw- incide sobre recu- considerados prop- prietários e profis- a memória coletiv- ticas tornam-se er- indivíduos e grup-

Relativamente- para criar uma rep- e, deste modo, co- dos edifícios. Em- tem à apropriação

...a segunda vida sufoca a pri-  
...ela no tempo edificios cuja his-  
...e mudança. Consequente-  
...incapazes de continuar a fazer  
...por causa de medidas discipli-  
...e principalmente, ela impede  
...da aldeia, na medida em que  
...das casas – e outros edificios –  
...não poder dar-se ao luxo de as  
...ver para outras povoações. Para  
...que proibem novas construções  
...fortaleza, tal é resultado do afluxo  
...da aldeia em busca de negó-  
...de residências secundárias, como  
...rurais populares (cf. R. Sharpley

...como património e o turismo  
...que são interdependentes (Kirs-  
...também não constitui grande sur-  
...tos modestos na economia local,  
...es. De facto, em Portugal, a con-  
...a regeneração rural tende a ser  
...1995; L. Silva 2009a; 2010a),  
...Europa Ocidental, embora al-  
...editar no oposto (por exemplo,  
...3).

...ção entre a segunda vida como  
...dárias, embora alguns autores as  
...ismo (Jaakson 1986; Sharpley e  
...Castelo Rodrigo, a principal atra-  
...a sua segunda vida como patri-  
...provou ser mais adequada para  
...uma residência principal, por

diferentes razões. Por um lado, as exigências físicas e sociais de uma família moderna, tais como abundância de luz natural e espaços amplos, não são, de modo algum, tão importantes nas residências secundárias como nas residências principais. Obviamente, as pessoas passam mais tempo em residências principais do que em residências secundárias – embora uma residência secundária possa tornar-se numa residência principal com o tempo (Bendix e Löfgren 2008, 14); como refere uma informante citada anteriormente neste trabalho, em Castelo Rodrigo, a maioria dos proprietários de residências secundárias «vêm passar uns dias duas vezes por ano».

Por outro lado, os proprietários de residências secundárias defendem abertamente a representação cultural das casas como exposições de si próprias que os atraem. Normalmente, essa atração pela arquitetura vernacular também se reflete no interior das casas, que os proprietários mobilam com o que descrevem como sendo objetos «antigos» e «rústicos», e nas fachadas.

A lição que aprendemos em Castelo Rodrigo também pode ajudar a compreender outros lugares e práticas do património em geral. O carácter dissonante e contestado do património (ver Graham, Ashworth e Tunbridge 2000; Herzfeld 1991; L. Smith 2006; Tunbridge e Ashworth 1996) é particularmente acentuado quando incide sobre recursos culturais que estão a ser vividos e que são considerados propriedades inalienáveis por um segmento dos proprietários e profissionais, e como recursos para o turismo ou para a memória coletiva por outros. Os mesmos objetos, edificios e práticas tornam-se então uma arena de tensão social e conflito entre indivíduos e grupos com pontos de vista e interesses divergentes.

Relativamente à habitação, os defensores do património lutam para criar uma representação cultural fixa da arquitetura doméstica e, deste modo, controlar a arquitetura e as características estéticas dos edificios. Em contrapartida, a maioria dos proprietários resiste à apropriação oficial dos seus *habitats* sociais, por várias razões.

Em primeiro lugar, o novo conjunto de regras e interdições em torno do património muda o seu enraizado hábito de construir e transformar as casas de acordo com circunstâncias contingentes. Em segundo lugar, tal pode ser visto como uma interferência ilegítima na esfera privada que vai contra os seus próprios interesses, pois as casas já não proporcionam as condições de vida adequadas que outrora proporcionaram.

Em terceiro lugar, a maioria dos proprietários não beneficiam significativamente com a construção de património e não se sentem compensados pelas limitações daí decorrentes. As práticas de património tendem a não melhorar as condições e os meios de vida das pessoas comuns, uma vez que a intervenção nos edifícios tende a concentrar-se nas fachadas e nas coberturas, e os benefícios económicos do turismo revertem principalmente a favor dos residentes mais endinheirados e influentes. Em quarto lugar, podem ressentir-se do facto de a sua povoação ser tomada por forasteiros endinheirados em busca de negócios turísticos e residências secundárias, e por terem de partir por causa do elevado preço das casas e de medidas disciplinares restritivas.

Assim sendo, há boas razões para manter fora dos domínios do património as casas que são vividas. Por um lado, é provável que a construção de património afete negativamente os interesses e até mesmo o bem-estar das populações locais, principalmente os das pessoas comuns (cf. Herzfeld 1991). Por outro lado, também afeta negativamente a primeira vida das casas como *habitats* sociais para as populações locais. Como tal, o estatuto de património deve ser concedido apenas a edifícios cujas funções iniciais já estão mortas ou extintas. Caso contrário, é necessário conciliar a proteção do património cultural com a necessidade de as pessoas viverem nos edifícios e, por conseguinte, dar mais importância à componente social do que à componente estética.

O caso de Castelo Rodrigo também pode ser tido em consideração no estudo do património (quer «material», quer «imaterial»),

bem como na teo.  
entender como as  
ciso mergulhar po  
na confusão das pi  
ficos são particula  
local de um regime  
também permitir  
bases empíricas e p  
no entendimento

bem como na teoria da cultura. Aqui vê-se claramente que, para entender como as coisas realmente funcionam no terreno, é preciso mergulhar por baixo da superfície dos fenómenos culturais na confusão das práticas quotidianas. Os estudos de caso etnográficos são particularmente frutíferos para revelar «a especificidade local de um regime global de património» (Bendix 2009, 255), mas também permitem basear as nossas discussões teóricas em fortes bases empíricas e perceber as limitações das formulações abstratas no entendimento do «mundo real».

## Os dois impactos opostos da construção de património nas comunidades locais. Perceções dos residentes: o caso de Sortelha\*

### Introdução

O impacto físico, económico e sociocultural do turismo nas comunidades locais é um terreno fértil para a investigação no domínio do turismo (por exemplo, Moon 1989; Murphy 1985; Picard 1995). Embora a maioria dos estudos estejam mais preocupados com destinos turísticos em geral do que com sítios do património, o século XXI assistiu a várias publicações sobre o impacto do turismo patrimonial nas comunidades locais (por exemplo, Giovine 2009; Hampton 2005; Silverman 2002). Muitos dos estudos abordam especificamente sítios do Património Mundial. Há uma escassez de estudos sobre sítios do património classificados a outros níveis (nacional, regional ou local). Além disso, a maioria dos estudos investigam o impacto real ou potencial do turismo nas comunidades locais, em vez do impacto percebido pelos residentes. No entanto, este é um tema de investigação relevante na área do turismo (por exemplo, Ap 1992; Nash 1996).

---

\* Este trabalho foi originalmente publicado em inglês na revista *International Journal of Heritage Studies*, publicada pela Taylor & Francis, <http://www.tandfonline.com> (L. Silva 2014a).

Nas últimas décadas, a conservação e a mercantilização de património cultural têm também sido crescentemente propagadas e mobilizadas como estratégias para promover o desenvolvimento socioeconómico em muitos lugares do mundo (por exemplo, Banco Mundial 2001; Graham, Ashworth e Tunbridge 2000; Hassan, Trafford e Youssef 2008), incluindo em comunidades rurais europeias e portuguesas (por exemplo, Conselho da Europa 2008; L. Silva 2011 [capítulo 1 neste volume]; L. Silva e Figueiredo 2013).

Subjacente a este apoio generalizado à construção de património está a suposição de que proporciona vários benefícios para as comunidades locais (isto é, «assentamentos humanos em estreita proximidade com um determinado sítio do património» (Joppe 1996)), tais como aumento de rendimento mediante a criação de novos empregos e negócios relacionados com o turismo, um sentido de identidade, ou singularidade de lugar, e orgulho. Especial atenção tem sido dada ao património edificado, incluindo a arquitetura militar, religiosa e vernacular. É esta prática cultural de construção de património (por exemplo, L. Silva e P. M. Santos 2012; L. Smith 2006) e os seus impactos que estão em estudo neste trabalho, que incide sobre a Aldeia Histórica de Sortelha.

A ligação entre património e turismo foi analisada por numerosos autores (por exemplo, Kirshenblatt-Gimblett 1998; Robinson *et al.* 2000; Timothy 2011). Alguns autores (Garrod e Fyall 2000; Landorf 2009; McKercher e Cros 2002) examinaram a oferta e a gestão de património, enquanto outros investigadores e instituições (ICOMOS 1993; Orbasli 2000; Poria, Butler e Airey 2003; Richards 1996; Shackley 1998a) estudaram a procura associada ao turismo patrimonial e/ou a gestão de visitantes. Os usos do património foram analisados por Gregory Graham, Brian Ashworth e John Tunbridge (2000), bem como por Laurajane Smith (2006). O *marketing* do património foi estudado por Marion Bennett (1995), bem como por York Rowan e Uzi Baram (2004b). Já Bella

Dicks (1999) e Emr o conceito de «conção tem sido dada comunidades locais

Por outro lado, resultados conflitivos benefícios para as presarial, crescerem gulho (por exemplo, mothy 2011), mas bem-estar económicos impactos sociais (por exemplo, Her 2008); em muitos (exemplo, Graham, Jimura 2011).

A partir de uma Ashworth (2009) co sociada à «património conflito». Os autores (f monialização» de O primeiro é um pi pela via do turismo vos sociopolíticos, os membros de un diante o realçar da s uma ordem sociopolitadas. Conservaçã tos e à oferta de tur

Na sua discussã Naomi Leite e Nels trimónio pode dese fomentar a coesão s

ção e a mercantilização de pa-  
o crescentemente propagadas e  
promover o desenvolvimento  
es do mundo (por exemplo,  
Ashworth e Tunbridge 2000; Has-  
sando em comunidades rurais  
plo, Conselho da Europa 2008;  
volume]; L. Silva e Figueiredo

izado à construção de patrimó-  
aciona vários benefícios para as  
tamentos humanos em estreita  
do sítio do património» (Joppe  
edimento mediante a criação de  
conados com o turismo, um sen-  
de de lugar, e orgulho. Especial  
ónio edificado, incluindo a ar-  
cular. É esta prática cultural de  
emplo, L. Silva e P. M. Santos  
factos que estão em estudo neste  
a Histórica de Sortelha.

risimo foi analisada por nume-  
enblatt-Gimblett 1998; Robin-  
Alguns autores (Garrod e Fyall  
Cros 2002) examinaram a oferta  
to outros investigadores e insti-  
2000; Poria, Butler e Airey 2003;  
tudaram a procura associada ao  
de visitantes. Os usos do patri-  
ory Graham, Brian Ashworth e  
o por Laurajane Smith (2006).  
estudado por Marion Bennett  
a e Uzi Baram (2004b). Já Bella

Dicks (1999) e Emma Waterton e Laurajane Smith (2010) abordam o conceito de «comunidade» na área do património. Menos atenção tem sido dada ao impacto da construção de património nas comunidades locais, particularmente em Portugal.

Por outro lado, a investigação sobre este tópico tem mostrado resultados conflitantes; a construção de património pode gerar benefícios para as comunidades locais, tais como atividade empresarial, crescimento económico, um sentido de localidade e orgulho (por exemplo, G. Evans 2002; Shipley e Snyder 2012; Timothy 2011), mas também pode dar um fraco contributo para o bem-estar económico da comunidade envolvida e produzir diversos impactos sociais, alguns dos quais têm implicações negativas (por exemplo, Herzfeld 1991; 2010; Schellhorn 2010; T. Winter 2008); em muitos casos produz efeitos positivos e negativos (por exemplo, Graham, Ashworth e Tunbridge 2000; Hampton 2005; Jimura 2011).

A partir de uma perspetiva mais crítica, Yaniv Poria e Gregory Ashworth (2009) consideram a divisão das pessoas em grupos associada à «patrimonialização» como um «recurso atual para o conflito». Os autores (Poria e Ashworth 2009, 522) distinguem «patrimonialização» de conservação e preservação do património. O primeiro é um processo social em que o património é utilizado, pela via do turismo patrimonial, para atingir determinados objetivos sociopolíticos, principalmente estabelecer solidariedade entre os membros de um grupo (nacional, étnico, religioso, etc.), mediante o realçar da sua singularidade e, desse modo, o legitimar de uma ordem sociopolítica e de uma estrutura ideológica determinadas. Conservação e preservação, por sua vez, referem-se a objetos e à oferta de turismo cultural.

Na sua discussão sobre a literatura antropológica do turismo, Naomi Leite e Nelson Graburn (2009, 45) referem ainda que o património pode desempenhar um papel integrador ou divisório – fomentar a coesão social entre os membros de um grupo em geral



grupos etno-nacionais em so-  
ciedades e classes em sociedades  
no caso do Património

associado à construção de pa-  
Sortelha do ponto de vista dos  
construção de património pode  
postos nas comunidades locais  
-, e que os residentes estão  
entre ambos. Deste modo, o  
geografia para o estudo dos im-  
), bem como a relevância das  
turismo (patrimonial) (Abram  
do da seguinte forma: após a  
uma caracterização da aldeia,  
recolhidos.

al, a investigação sobre o im-  
s locais do ponto de vista dos  
s linhas de abordagem – uma  
primeira é a abordagem mais  
selló 2005; Besculides, Lee e  
fragilidade desta abordagem é  
ter dinâmico do turismo (Ap  
). Neste sentido, a investigação  
ntes relativamente ao turismo  
m o tempo, passando de uma  
ção inicial de desenvolvimento  
desilusões numa fase posterior  
Py-Sunier 1978; R. Sharpley

Naquela que é uma das duas características distintivas da abor-  
dagem antropológica ao turismo como um objeto de estudo – a  
outra é a análise holística (Leite e Graburn 2009, 36) –, este traba-  
lho baseia-se em dados recolhidos por intermédio de trabalho de  
campo etnográfico efetuado em Sortelha em 2003 (cinco meses),  
2009 (dois meses) e 2013 (uma semana). No âmbito de dois pro-  
jetos de investigação, o autor trabalhou e viveu em Sortelha, ex-  
pandindo gradualmente as redes de conhecidos e entrevistados.  
Os principais métodos de recolha de dados foram observação par-  
ticipante, um conjunto de 60 entrevistas semiestruturadas junto  
dos residentes e notas de campo detalhadas.

Das 60 entrevistas, a maioria das quais foram realizadas em 2003  
(40) e 2009 (15), e tiveram uma duração média de 20 minutos, 15  
foram gravadas e apontamentos foram tomados nas restantes.  
O autor teve muitas outras conversas informais com residentes e  
participou em eventos familiares e da aldeia. O objetivo era inves-  
tigar os impactos percebidos do programa das Aldeias Históricas  
de Portugal e do turismo no destino. Dos 13 impactos percebidos,  
nove foram introduzidos para discussão pelo investigador e os ou-  
tros (lixo, sustentabilidade económica da comunidade, privacidade  
e relações sociais) emergiram do trabalho de campo. Complemen-  
tamente, no biénio 2008-2009, foram efetuadas seis entrevistas  
semiestruturadas (gravadas) junto do coordenador do, e dos archi-  
tetos associados ao, programa das Aldeias Históricas de Portugal.

## Contexto e antecedentes

Sortelha situa-se no concelho do Sabugal, a cerca de 30 quiló-  
metros da cidade da Guarda. Sortelha é um exemplo da transfor-  
mação socioeconómica que as zonas rurais de Portugal têm vindo  
a sofrer nas últimas cinco décadas. Por um lado, como mostram  
os censos da população, o número de habitantes desta freguesia  
diminuiu 70% entre 1960 e 2011, altura em que foi registado o

mais baixo número de habitantes dos últimos 150 anos (444). Cerca de metade da população da freguesia vive na aldeia de Sortelha, que é o contexto em estudo neste trabalho e que inclui dois lugares separados: a aldeia amuralhada e os arredores, localmente referidos por *vila* e *arrabalde*, respetivamente. A população residente em Sortelha é idosa (51% têm mais de 65 anos de idade), relativamente pobre, e tem baixos níveis de formação e educação formal (a taxa de analfabetismo é superior a 20%).

Por outro lado, os habitantes dependeram de uma precária economia de subsistência baseada na agricultura até os anos 1950. Nas últimas quatro décadas, mas especialmente desde os anos 1990, juntamente com o declínio da agricultura, Sortelha assistiu ao aumento das atividades económicas ligadas aos sectores secundário e, sobretudo, terciário, em que a administração pública/municipal e o turismo ocupam posições de relevo. Esta mudança foi fortemente incentivada pelo governo português, mas também contou com a iniciativa privada.

O primeiro negócio turístico, sob a forma de um restaurante «tradicional», foi criado em Sortelha no início da década de 1970, por iniciativa de um casal aristocrata da grande Lisboa que possuía vastas propriedades e uma casa senhorial na aldeia, em parceria com um pequeno grupo de advogados, médicos e engenheiros, também da grande Lisboa, com quem, na década anterior, haviam descoberto e apropriado o lugar como uma espécie de aventura romântica. Esta iniciativa foi seguida por outras iniciativas, públicas e privadas, visando a criação de negócio a partir do turismo.

Em termos de agentes privados, Luisa Charters (Sevilha, 1929-...), viscondessa<sup>1</sup> de São Sebastião por casamento, desempenhou um papel crucial. Na década de 1970, ela estabeleceu-se na aldeia

<sup>1</sup> Visconde é um título de nobreza característico da monarquia portuguesa. Na Idade Média, os viscondes recebiam do rei um pedaço de terra, onde tinham o poder de governar de acordo com a sua vontade, auxiliando, assim, na administração do reino.

e começou a ser desenvolvido o turismo social. A grande Lisboa incluía três aldeias e o *bracejo* (isto é, o trabalho sazonal local...) abastecido por tapetes (que eram produzidos na região, tradição antiga).

Apesar de o turismo rural ter crescido (Luisa Charters, 1983), a maior mudança do turismo em Portugal.

## Um projeto de «monumento»

A aldeia de Sortelha, de Portugal, tem sido, historicamente, «existente» no âmbito do Plano Nacional do Comércio e do Turismo em outras Aldeias Históricas, tendo o caráter de «monumento».

<sup>2</sup> O castelo de Sortelha foi destruído durante o período de 1933. Pelourinho e a vila, or

dos últimos 150 anos (444).  
freguesia vive na aldeia de Sor-  
este trabalho e que inclui dois  
ada e os arredores, localmente  
ativamente. A população resi-  
em mais de 65 anos de idade),  
níveis de formação e educação  
superior a 20%).

enderam de uma precária eco-  
agricultura até os anos 1950.  
especialmente desde os anos  
da agricultura, Sortelha assistiu  
ligadas aos sectores secun-  
a administração pública/mu-  
de relevo. Esta mudança foi  
português, mas também con-

ob a forma de um restaurante  
no início da década de 1970,  
da grande Lisboa que possuía  
enhorial na aldeia, em parceria  
gados, médicos e engenheiros,  
em, na década anterior, haviam  
como uma espécie de aventura  
da por outras iniciativas, públi-  
de negócio a partir do turismo.  
Luisa Charters (Sevilha, 1929-  
por casamento, desempenhou  
1970, ela estabeleceu-se na aldeia

característico da monarquia portuguesa.  
o rei um pedaço de terra, onde tinham  
vontade, auxiliando, assim, na admi-

e começou a promover o turismo, no intuito de renovar o seu te-  
cido social e económico. Até há poucos anos em que regressou à  
grande Lisboa por causa da idade, criou uma associação etnográ-  
fica e um grupo folclórico; administrou um negócio turístico que  
incluía três pequenas unidades de alojamento e uma loja de anti-  
quidades e artesanato; promoveu a revitalização de artesanato em  
*bracejo* (isto é, artesanato feito de *stiga gigantea*) (ver «Identidade  
local...» abaixo); montou uma oficina para fabrico e restauro de  
tapetes (que hoje está encerrada); e publicou um livro sobre histó-  
ria, tradições e costumes locais (Charters 1999).

Apesar de Sortelha ter sido considerada pelo governo português  
como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do tu-  
rismo rural em 1983 (Despacho n.º 102/82, de 19 de janeiro de  
1983), a mais importante das ações públicas tendo em vista a pro-  
moção do turismo aqui foi o programa das Aldeias Históricas de  
Portugal.

### Um programa para as aldeias rurais «monumentais» de Portugal

A aldeia de Sortelha entrou no programa das Aldeias Históricas  
de Portugal porque reunia vários critérios de seleção, designada-  
mente, «existência de património arquitetónico classificado»,<sup>2</sup> «in-  
teresse histórico-cultural» e um «índice de desertificação» (Minis-  
tério do Planeamento e Administração do Território, e Ministério  
do Comércio e Turismo 1994, 2). À semelhança dos residentes nas  
outras Aldeias Históricas de Portugal (L. Silva 2012a, 490), e refle-  
tindo o carácter acima-abaixo do programa, a população de Sor-

<sup>2</sup> O castelo medieval foi classificado como «monumento nacional» em 1910,  
enquanto o pelourinho foi classificado como «imóvel de interesse público» em  
1933. Pelourinho é uma coluna de pedra colocada num local público numa ci-  
dade ou vila, onde os criminosos eram expostos e punidos.

telha não participou no processo de tomada de decisão, mas apenas num subprograma relacionado com os edifícios privados localizados na zona histórica. Apresentado pela Câmara Municipal à entidade coordenadora, a candidatura assentou no plano de aldeia projetado por arquitetos da Câmara Municipal do Sabugal e dos organismos de conservação histórica (Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional 1995, 26-28).

De acordo com Kirshenblatt-Gimblett (1998, 149-151), «[...] o património é criado através de um processo de exposição (como conhecimento, como performance, como exposição museológica)». Na mesma linha de pensamento, Bella Dicks (2003, 34-37) argumenta que os lugares são manipulados, modelados e até simulados para promover «a economia cultural da visitabilidade». Sortelha é um bom exemplo desta tendência, pois o derradeiro objetivo do programa das Aldeias Históricas de Portugal era colocar o património edificado em exposição para o consumo através do turismo.

Assim, as autoridades públicas mobilizaram o conhecimento científico de arquitetura como uma tecnologia de governo para definir a arquitetura como um objeto de consumo turístico e para determinar a conduta dos indivíduos (L. Silva 2011 [capítulo 1 neste livro]). Em Sortelha, para além de a intervenção ter sido projetada por arquitetos, como vimos anteriormente, a maior parte dos mais de dois milhões de euros que o programa investiu aqui foram gastos na conversão da cidadela em «histórica». Incluem-se aqui intervenções em monumentos históricos e outros edifícios, tanto públicos como privados, renovação dos espaços públicos, infraestruturas básicas, pavimentação de ruas, nova iluminação pública e embelezamento geral (Boura 2002, 17).

Considerando os dados recolhidos em trabalho de campo e as entrevistas efetuadas junto dos arquitetos, as intervenções nos monumentos históricos seguiram diferentes metodologias, preservação ou conservação, de acordo com o conhecimento atual de ar-

quitetura  
o assunto  
palavras, i  
estruturas  
igreja de S  
servados,  
mas tamb  
bridge 200  
e na igreja  
palavras c  
Arquitetó  
binete na

As in  
reabilit  
vençõe  
te o cri  
com o  
A auter

Assim s  
preensão  
ríos dos his  
partida, as  
de manter  
eram não  
também e  
cimento e  
prestigiad  
fachadas f  
(tanto em  
exteriores  
Paralela  
elétrica fo

de tomada de decisão, mas ape-  
to com os edifícios privados lo-  
entado pela Câmara Municipal  
tura assentou no plano de al-  
Câmara Municipal do Sabugal e  
stórica (Programa de Promoção  
Regional 1995, 26-28).

blett (1998, 149-151), «[...] o  
processo de exposição (como  
re, como exposição museoló-  
mento, Bella Dicks (2003, 34-37)  
manipulados, modelados e até si-  
mnia cultural da visitabilidade».

ta tendência, pois o derradeiro  
Históricas de Portugal era colo-  
posição para o consumo através

obilizaram o conhecimento  
tecnologia de governo para  
to de consumo turístico e para  
bos (L. Silva 2011 [capítulo 1  
em de a intervenção ter sido pro-  
anteriormente, a maior parte  
que o programa investiu aqui  
ela em «histórica». Incluem-se  
históricos e outros edifícios,  
renovação dos espaços públicos,  
ção de ruas, nova iluminação pú-  
2002, 17).

idos em trabalho de campo e as  
zuetos, as intervenções nos mo-  
erentes metodologias, preserva-  
o conhecimento atual de ar-

quitetura e as convenções e recomendações internacionais sobre  
o assunto. Alguns monumentos foram preservados, ou, por outras  
palavras, intervencionados no sentido de manter a estabilidade das  
estruturas, que podem estar em ruínas. Isso ocorreu nas ruínas da  
igreja de Santa Rita. Por sua vez, outros monumentos foram con-  
servados, sendo que a «conservação pode envolver preservação  
mas também restauro do tecido físico» (Graham, Ashworth e Tun-  
bridge 2000, 16). Tal pôde ser observado nas muralhas da fortaleza  
e na igreja de Nossa Senhora das Neves, que é a igreja matriz. Nas  
palavras do diretor do antigo Instituto Português do Património  
Arquitetónico e Arqueológico durante uma entrevista no seu ga-  
binete na cidade de Castelo Branco em 2009,

As intervenções nos monumentos envolveram obras de restauro,  
reabilitação ou renovação, dependendo do caso. [...] Todas as inter-  
venções foram registadas e datadas, porque seguimos principalmen-  
te o critério da autenticidade histórica, mas sempre compatibilizado  
com o critério da autenticidade estética, quando foi necessário. [...] A  
autenticidade histórica abarca os diferentes períodos do monumento.

Assim sendo, as intervenções nos monumentos refletem a com-  
preensão moderna de património como uma acumulação de pe-  
ríodos históricos de que o presente é o mais recente. Em contra-  
partida, as intervenções nos outros edifícios refletem o ideal purista  
de manter o passado no seu estado original. De facto, os objetivos  
eram não só restaurar as fachadas e as coberturas dos edifícios, mas  
também eliminar os materiais modernos e espúrios, tais como o  
cimento e o alumínio, que se considera contaminarem os materiais  
prestigiados do passado, como a pedra e a madeira. A pedra das  
fachadas foi posta à vista, enquanto as telhas foram uniformizadas  
(tanto em termos de tipo, como de cor) e o uso de portas e janelas  
exteriores de madeira tornou-se obrigatório.

Paralelamente, as antenas de televisão e as linhas aéreas de energia  
elétrica foram substituídas por cabos elétricos e de comunicação

subterrâneos. O objetivo era esconder a modernidade num lugar que está a ser convertido em histórico, ou, por outras palavras, aumentar a autenticidade, no sentido da «credibilidade mimética», isto é, da produção de um «sítio histórico credível para o público» (Bruner 1994, 399). Adicionalmente, «marcos» (MacCannell 1999 [1976]) foram colocados à entrada e no interior da cidadela, guiando os turistas para o que é distinto e merecedor de visualização.

## O ponto de vista dos residentes

O trabalho de campo realizado em Sortelha mostra que a população da aldeia está dividida entre os benefícios e os custos da construção de património edificado e do turismo. Isso é referido nos 13 impactos descritos e analisados nesta secção. Embora não estejamos perante uma comunidade fechada e homogénea, como em alguns destinos turísticos (por exemplo, Sharma e Dyer 2009) e não em outros (por exemplo, Aguiló e Roselló 2005), em Sortelha, as perceções dos residentes relativamente ao património e aos impactos do turismo não variam significativamente de acordo com as características sociais e demográficas (por exemplo, idade, escolaridade, sexo e local de residência), ou a dependência económica do turismo. Além disso, no geral, elas não mudaram significativamente na última década.

### Conservação do sítio e imagem, habitação e valores da propriedade

No que diz respeito à conservação e imagem do sítio, os residentes consideram que com a implementação do programa das Aldeias Históricas de Portugal em Sortelha, a aldeia velha ficou nova. Por exemplo, este é o caso de um empresário turístico entrevistado em 2009, para quem «o património de Sortelha, que é uma aldeia medieval, foi restaurado, e isso melhorou muito a ima-

gem da aldeia». Da mesma forma, o entrevistado em 2013 é de o Aldeia Histórica de Poi de restaurar muitas ca em ruínas, e de aumen

No entanto, há uma religiosa e doméstica. sidentes defendem que «preservada em ruínas descrito por uma quin

O trabalho na igreja causa da água da chuva raram o coro e as ped quena. O telhado nun facilmente, levando a muito tempo a ser coi

Outrossim, os reside vação não melhorou a zões. Para começar, a dentro do sítio do patri sido considerado em e tico disciplinador» pel Administração do Terr 1994, 6), este interveio Entretanto, a maior pa – a maioria dos quais s da arquitetura popular e coberturas a expensa palheiros e 70 casas (q veis em Sortelha), 52 c

Embora alguns edifi turísticos, a maioria de

nder a modernidade num lugar  
o, ou, por outras palavras, au-  
da «credibilidade mimética»,  
«histórico credível para o público»  
«marcos» (MacCannell 1999  
no interior da cidadela, guiando  
o recetor de visualização.

## residentes

em Sortelha mostra que a po-  
re os benefícios e os custos da  
do e do turismo. Isso é referido  
adados nesta secção. Embora não  
de fechada e homogénea, como  
exemplo, Sharma e Dyer 2009)  
Cazó e Roselló 2005), em Sorte-  
ativamente ao património e aos  
significativamente de acordo  
demográficas (por exemplo, idade,  
lência), ou a dependência econó-  
geral, elas não mudaram signifi-

em, habitação

ção e imagem do sítio, os resi-  
plementação do programa das  
Sortelha, a aldeia velha ficou  
de um empresário turístico en-  
património de Sortelha, que é  
sítio, e isso melhorou muito a ima-

gem da aldeia». Da mesma forma, um funcionário público entre-  
vistado em 2013 é de opinião que a classificação de Sortelha como  
Aldeia Histórica de Portugal e a sua conservação tiveram «a virtude  
de restaurar muitas casas e telhados dentro da vila que estavam  
em ruínas, e de aumentar a beleza e o poder de atração da aldeia».

No entanto, há uma forte crítica às intervenções na arquitetura  
religiosa e doméstica. Relativamente à igreja de Santa Rita, os re-  
sidentes defendem que esta devia ter sido «restaurada», em vez de  
«preservada em ruínas e sem telhado». O caso da igreja matriz é  
descrito por uma quinquagenária:

O trabalho na igreja foi mal feito. O altar-mor ficou estragado por  
causa da água da chuva, quando a igreja não tinha telhado. Também ti-  
raram o coro e as pedras que o suportavam, e a igreja ficou muito pe-  
quena. O telhado nunca ficou bem restaurado, já que as telhas quebram  
facilmente, levando a infiltrações de água. Além disso, as obras levaram  
muito tempo a ser concluídas [*Diário de Campo*, setembro de 2009].

Outrossim, os residentes consideram que a iniciativa de conser-  
vação não melhorou as suas condições de habitação, por três raz-  
ões. Para começar, a grande maioria dos residentes não vivem  
dentro do sítio do património. Embora o arrabalde da aldeia tenha  
sido considerado em extrema necessidade de um «plano urbanís-  
tico disciplinador» pelo programa (Ministério do Planeamento e  
Administração do Território, e Ministério do Comércio e Turismo  
1994, 6), este interveio apenas nos edifícios localizados na cidadela.  
Entretanto, a maior parte dos cerca de 100 edifícios aí localizados  
– a maioria dos quais são de propriedade privada e representativos  
da arquitetura popular – foram intervencionados nas suas fachadas  
e coberturas a expensas do programa. Incluem-se aqui 15 antigos  
palheiros e 70 casas (que correspondem a 26% das casas disponí-  
veis em Sortelha), 52 das quais estão em estado habitável.

Embora alguns edifícios tenham sido convertidos em negócios  
turísticos, a maioria deles estão vagos, incluindo 12 palheiros que

pertencem a uma sociedade turística fundada nos anos 1960 e dissolvida em 1974, e alguns outros edifícios pertencentes a outros cidadãos do exterior que não foram restaurados. Há também 12 casas de férias pertencentes maioritariamente a outros cidadãos portugueses que as usam com pouca frequência. De facto, presentemente, apenas três dos 234 residentes permanentes vivem na cidadela; os outros vivem no arrabalde, onde também estão sediados a casa de repouso (que atualmente tem 18 residentes) e alguns negócios turísticos.

Diferentemente de muitos outros sítios onde a classificação como património engendrou nobilitação (por exemplo, Collins 2008; Herzfeld 2010), em alguns casos mesmo até «limpeza espacial» (Herzfeld 2006), e uma separação entre o sítio e os arredores (Jimura 2011), em Sortelha, este processo não foi desencadeado pela construção de património. Os habitantes fixaram-se nos arredores da aldeia a partir dos anos 1960, por várias razões. Como um entrevistado declarou em 2003:

Nos anos 1960, todas as casas da vila estavam habitadas; viviam aqui mais de 100 pessoas. Depois, muitos residentes emigraram para a França e para a Alemanha, e algumas pessoas ricas de fora começaram a comprar as casas desses emigrantes. Uma sociedade turística comprou 12 edifícios e os membros desta compraram alguns outros também. Eles ofereceram preços mais elevados aos proprietários para comprar as casas e eles aceitaram, porque o dinheiro lhes permitiria reunir a família no país de imigração ou construir casas novas e maiores no arrabalde.

Além disso, diferentemente do sucedido no caso japonês estudado por Takamitsu Jimura (2011), as pessoas que vivem fora do sítio do património edificado de Sortelha não invejam aquelas que vivem no seu interior e não gostariam de viver lá, embora algumas tenham reclamado o direito de receber os fundos para renovação concedidos aos proprietários dos edifícios localizados na cidadela.

Tal acontece por percebida e real c população reside 30 anos entrevist

Eu nasci e vi no arrabalde, p saio à rua, enc Quase ninguém quem conversa estacionar o ca jardim. Nada c muito pequene

Com efeito, a : nar-se num «pon a principal razão o uso secular do mundial (por exe 1991; 2006; 2010 blemática coexist blatt-Gimblett 19 neste volume]) é

Outra razão p não melhorou as as obras terem sic as telhas caem e enquanto as nov: porcionam o dev

As obras no: -se com facilid: tuíram a madei que ainda estav

Tal acontece por causa da reduzida dimensão das casas, da falta percebida e real de espaço livre dentro da cidadela e da sua escassa população residente. Eis as palavras de um informante na casa dos 30 anos entrevistado em 2013:

Eu nasci e vivi na vila até à idade de 21 anos. Mas, eu prefiro viver no arrabalde, porque estou mais à vontade, há mais pessoas e, quando saio à rua, encontro sempre alguém com quem posso conversar. Quase ninguém vive na vila; se eu vivesse lá, não teria ninguém com quem conversar. [*Risos...*] Eu aqui também tenho um quintal, posso estacionar o carro no quintal ou na garagem, e tenho um pequeno jardim. Nada disso pode acontecer na vila, porque os espaços são muito pequenos, tal como são as casas.

Com efeito, a zona histórica de Sortelha está rapidamente a tornar-se num «ponto de encontro vazio» (MacCannell 1992). Esta é a principal razão por que a tensão entre a conservação histórica e o uso secular dos edifícios observada em muitos sítios à escala mundial (por exemplo, Fabre 2010; Gravari-Barbas 2005; Herzfeld 1991; 2006; 2010), ou, por outras palavras, a potencialmente problemática coexistência da primeira e da «segunda vida» (Kirshenblatt-Gimblett 1998) nas mesmas casas (L. Silva 2011 [capítulo 1 neste volume]) é aqui menos frequente.

Outra razão por que os residentes consideram que o programa não melhorou as suas condições de habitação advém do facto de as obras terem sido, na maioria dos casos, mal feitas, uma vez que as telhas caem e partem-se com facilidade causando infiltrações, enquanto as novas portas e janelas exteriores de madeira não proporcionam o devido isolamento:

As obras nos telhados foram mal feitas, porque as telhas partem-se com facilidade e deixam entrar água. Nas portas e janelas, substituíram a madeira que era típica, o castanho ou o carvalho, por pinho que ainda estava verde. Em pouco tempo, as portas e as janelas em-

penaram e deixaram de fechar bem [Residente da cidadela, *Diário de Campo*, maio de 2003].

Acresce que o programa não financiou a realização de obras no interior das casas ou a fusão de propriedades tendo em vista a ampliação do espaço interior disponível, e apenas entrou nas casas para demolir ou criar negócios relacionados com o turismo.

No entanto, como tem sido observado noutros sítios do património edificado (por exemplo, Herzfeld 1991; Shipley e Snyder 2012), diferentemente de muitos outros (por exemplo, Graham, Ashworth e Tunbridge 2000, 134), a ideia de que o programa de património e o turismo levaram a um aumento do valor ou preço das propriedades, sobretudo daquelas localizadas na cidadela, é um refrão recorrente nos discursos dos residentes. Mas, para alguns residentes, este impacto não é positivo, mas sim negativo:

O turismo também aumentou o preço de venda e arrendamento das casas e dos espaços comerciais. O meu marido e eu tivemos um café arrendado na vila, mas a renda era muito alta e tivemos que largar o negócio [Artesã, *Diário de Campo*, outubro de 2009].

Um problema que os residentes tendem a associar à classificação do património de Sortelha radica nas subseqüentes restrições à construção de casas novas nos arredores da aldeia, que são consideradas responsáveis pela emigração dos poucos casais de recém-casados. Como um residente disse numa entrevista em 2013, «o problema é que eles criaram uma ‘área verde’ no arrabalde onde a construção de casas novas é proibida. Há casais jovens que foram viver para o Sabugal por causa disso».

### Crescimento do turismo, lixo e sustentabilidade económica da comunidade

Em Sortelha, como em muitos outros sítios do património (por exemplo, Giovine 2009; T. Winter 2008), embora esse não seja

sempre o caso (puderam que a classificação levaram ao crescimento como de oferta. E de ser um destino de classe alta em um número crescentes, tanto de áreas, telha registou mais nos sítios do património (2011), a grande medida enquanto os espaços franceses representam).

No que toca à redução do número de turistas e, consequentemente:

O turismo é que as casas de turismo vendem figuras... Toda a representação turística

Se não fosse outras aldeias de alojamento turístico por causa de

<sup>3</sup> Embora o posto em 2003, a informação por base diária e estava localizada à entrada da cidadela.

[Residente da cidadela, *Diário de*

nciou a realização de obras no  
propriedades tendo em vista a am-  
vel, e apenas entrou nas casas  
acionados com o turismo.

servado noutros sítios do patri-  
Katzfeld 1991; Shipley e Snyder  
outros (por exemplo, Graham,  
a ideia de que o programa de  
um aumento do valor ou preço  
localizadas na cidadela, é  
dos residentes. Mas, para alguns  
ativo, mas sim negativo:

o preço de venda e arrendamento  
O meu marido e eu tivemos um  
era muito alta e tivemos que largar  
[outubro de 2009].

es tendem a associar à classifica-  
blica nas subsequentes restrições  
redores da aldeia, que são con-  
ção dos poucos casais de recém-  
numa entrevista em 2013, «o  
'área verde' no arrabalde onde a  
ida. Há casais jovens que foram  
».

o e sustentabilidade

outros sítios do património (por  
2008), embora esse não seja

sempre o caso (por exemplo, Landorf 2009), os residentes consi-  
deram que a classificação e a exposição do património edificado  
levaram ao crescimento do turismo, tanto em termos de procura,  
como de oferta. Em relação à procura, diz-se que Sortelha deixou  
de ser um destino de elite para um pequeno grupo de cidadãos  
de classe alta em Portugal para ser um destino popular que atrai  
um número crescente de pessoas pertencentes a classes mais bai-  
xas, tanto de áreas urbanas como rurais. Entre 2007<sup>3</sup> e 2012, Sor-  
telha registou mais de 338 000 visitantes. Como tende a acontecer  
nos sítios do património (por exemplo, G. Evans 2002; Jimura  
2011), a grande maioria dos visitantes foram portugueses (80%),  
enquanto os espanhóis – devido à proximidade geográfica – e os  
franceses representaram grande parte da percentagem remanes-  
cente.

No que toca à oferta, os residentes percebem um aumento rá-  
pido do número e da variedade de negócios relacionados com o  
turismo e, conseqüentemente, a diversificação das fontes de ren-  
dimento:

O turismo é uma boa fonte de receitas para Sortelha. Há várias  
casas de turismo e lojas de artesanato, três restaurantes... Uns residen-  
tes vendem figos secos, outros vendem licores ou artesanato de *bra-  
cejo*... Toda a gente inventou alguma coisa e toda a gente ganha [Em-  
presário turístico, entrevistado em 2003].

Se não fosse o turismo, Sortelha seria uma aldeia morta como mui-  
tas outras aldeias no nosso país. Há dois restaurantes, várias unidades  
de alojamento turístico e três cafés em Sortelha. Estes negócios exis-  
tem por causa do turismo e dos turistas, não é por causa dos residen-

<sup>3</sup> Embora o posto de turismo tenha sido criado em Sortelha em meados de  
2003, a informação produzida até 2006 não é fiável, pois não funcionava numa  
base diária e estava localizado num local menos visível do que a sua atual posição  
à entrada da cidadela.

tes, e eles dão dinheiro aos proprietários e a alguns empregados. [Funcionário público, entrevistado em 2013].

Atualmente, a indústria do turismo local compreende cinco pequenas unidades de alojamento turístico com um total de 15 camas, três cafés/*snack-bars*, dois restaurantes, uma loja de produtos locais e o posto de turismo. Poucos destes negócios foram criados antes do programa das Aldeias Históricas de Portugal, que financiou a criação de três unidades de alojamento turístico. O posto de turismo é do Estado. Os outros negócios pertencem a agentes privados, tanto residentes como recém-chegados de origem predominantemente urbana, e têm a natureza familiar e a pequena escala características da maioria dos negócios que operam no turismo rural (por exemplo, Cavaco 1995; Lane 2009).

O turismo na aldeia emprega nove pessoas – sete das quais são residentes –, dois terços das quais são trabalhadores a tempo inteiro. Entretanto, a percentagem de residentes direta e indiretamente envolvidos no turismo é 15%. As mulheres ocupam aqui uma posição de relevo, como empresárias e, principalmente, como empregadas, como é habitual no turismo rural (por exemplo, Bouquet e M. Winter 1987; Lane 2009; sobre o impacto do desenvolvimento do turismo no género, ver Leite e Graburn 2009, 41-42). Incluem-se aqui cinco mulheres que fazem e vendem artesanato de *bracejo* e/ou produtos alimentares caseiros aos turistas, quer ao ar livre, na rua, quer dentro de casa, num edifício junto ao castelo.

No entanto, alguns residentes cuja subsistência não depende do turismo consideram que os benefícios económicos beneficiam apenas uma parte da população residente: «O turismo é bom para cafés, para restaurantes e para casas de turismo; a mim não me dá dinheiro» (Reformado, *Diário de Campo*, abril de 2013); «O turismo é bom para as pessoas que têm dinheiro para investir, para as pessoas que têm casas para alugar, restaurantes... O turismo dá di-

nheiro a essas pessoas. [Funcionário público]

Juntamente com o turismo, há um contacto frequente com o exterior (Timothy 2011), e a sazonalidade do turismo turístico do turismo existe a existência de exc... é uma atividade para ganhar a vida... mento complem

O *snack-bar* vale a pena; é um bom quer ganho durante a semana; faço artesanato em abril de 2013].

Por outro lado, os residentes mudaram a situação mostrada em 2009 em que perceberam a perda de renda do turismo local provocada pelos destinos em todo o mundo do turismo ficantes ou previsões... tes, isto resulta de uma situação ob... Portugal (M. Rib

De facto, o aumento nos últimos anos tem sido significativo no número

retários e a alguns empregados. [Funcionário público, entrevistado em 2013].

O turismo local compreende cinco pontos turísticos com um total de 15 restaurantes, uma loja de produtos e destes negócios foram criados históricas de Portugal, que financiam o alojamento turístico. Os outros negócios pertencem a recém-chegados de origem familiar e a pequena negócios que operam no turismo (Lane 2009).

Sete pessoas – sete das quais são trabalhadores a tempo inteiro de residentes direta e indireta (15%). As mulheres ocupam aqui as funções empresárias e, principalmente, no turismo rural (por exemplo, Lane 2009; sobre o impacto do turismo no género, ver Leite e Graburn 2002). As mulheres que fazem e vendem produtos alimentares caseiros aos visitantes dentro de casa, num edifício

que a sua subsistência não depende do turismo beneficiam do turismo: «O turismo é bom para mim; a mim não me dá dinheiro para investir, para as pes- restaurantes... O turismo dá di-

nheiro a essas pessoas; às outras pessoas não dá dinheiro» (Funcionário público, entrevistado em 2013).

Juntamente com um aumento de lixo na aldeia, que é um impacto frequente do turismo (por exemplo, Mathieson e Wall 1982; Timothy 2011), amiúde, os residentes queixam-se também da sazonalidade do turismo, um traço que parece ser igualmente característico do turismo (por exemplo, Butler 2001), não obstante a existência de exceções (Jimura 2011). Em seu entender, o turismo é uma atividade sazonal que não providencia dinheiro suficiente para ganhar a vida, para o que é necessário ter fontes de rendimento complementares. Como um residente declarou em 2013,

O *snack-bar* já não trabalha fora dos meses de verão, porque não vale a pena; é um desperdício de tempo e de dinheiro, pois nem sequer ganho dinheiro suficiente para pagar a eletricidade. Agora, durante a semana, trabalho na construção civil e, aos fins de semana, faço artesanato em madeira para vender no verão [*Diário de Campo*, abril de 2013].

Por outro lado, e este é o único ponto em que as perceções dos residentes mudaram entre 2003 e 2013, o entusiasmo generalizado mostrado em 2003 diminuiu em anos mais recentes, na medida em que perceberam que, embora relevante, a contribuição esperada do turismo para a sustentabilidade económica da comunidade local provou ser exagerada, como ocorre em muitos outros destinos em todo o mundo, onde «os efeitos económicos positivos do turismo ficam amiúde significativamente aquém das expectativas ou previsões» (Cohen 1984, 384). De acordo com os residentes, isto resulta das expectativas criadas pelas autoridades públicas, uma situação observada em muitos outros contextos rurais em Portugal (M. Ribeiro e Marques 2002).

De facto, o aumento do número de visitantes registados nos últimos anos tem sido acompanhado por um declínio não insignificante no número de negócios turísticos e de residentes neles en-

volidos – de 21% da população da aldeia em 2003 (L. Silva 2009a, 157) para 15% em 2013. Acontece que alguns negócios fecharam por envelhecimento ou morte do empresário, ou porque se revelaram inviáveis do ponto de vista económico e não foram substituídos. Jimura (2011) observou um caso similar no Japão, onde o número de unidades de alojamento turístico diminuiu após a classificação como Património Mundial pela UNESCO, enquanto o número de turistas aumentou rapidamente.

### Identidade local, orgulho, consciência do património e artesanato

Naquilo que Poria e Ashworth (2009) consideram um «recurso atual para o conflito», é amplamente aceite na literatura de investigação que o património é usado para criar e legitimar identidades coletivas, abrangendo uma ampla gama de atributos humanos (língua, religião, etnia, nacionalismo, etc.) (por exemplo, Goulding e Domic 2009; Handler 1988; o dossiê da revista *International Journal of Heritage Studies* 2006 (12, n.º 1)). As representações de lugar sob a forma de património edificado desempenham um papel central nestes processos de inclusão e exclusão de pessoas (por exemplo, Ashworth, Graham e Tunbridge 2007; Dicks 2003), embora «a prática da conservação arquitetónica e urbana possa também tender para uma padronização de formas, uma homogeneização de lugares e, portanto, uma redução da diversidade local» (Graham, Ashworth e Tunbridge 2000, 217), como a anteriormente mencionada intervenção no tecido urbano de Sortelha ilustra.

Da mesma forma, a representação do património edificado de Sortelha como histórico desempenha um papel central nas formas como o lugar é tornado específico e diferenciado:

A nossa aldeia é única. Sortelha é uma aldeia amuralhada, bem preservada e com um castelo medieval no seu interior, que teve um papel

central na história dos espanhóis [

Embora ex-  
única. Por alg-  
tórias. [...] Sc-  
tica, feita de p-  
ralhas, e é issc-  
entrevistado e

Esta tomada d-  
nos anos após a  
levando a uma r

Paralelamente  
para os de muit-  
G. Evans 2002, ]  
ficado funciona  
Nas palavras de  
meçámos a gosta  
bonita e mais va  
muito bonita, e  
outubro de 200'  
40 anos afirmou  
aldeia ser nacion-  
deia Histórica Pc

Em concomit-  
bem uma maior  
ramente expresso

O programa  
património his-  
estas pedras são  
parte da históri-  
2003].

da aldeia em 2003 (L. Silva 2009a, porque que alguns negócios fecharam do empresário, ou porque se revelou económica e não foram substituídos por um caso similar no Japão, onde o turismo turístico diminuiu após a classificação pela UNESCO, enquanto o desenvolvimento rapidamente.

### consciência do património

(2009) consideram um «recurso importante aceite na literatura de investimento para criar e legitimar identidades numa gama de atributos humanos (lín- gua, etc.) (por exemplo, Goulding e Graham 2007). As representações de lugar sob o desempenho de pessoas (por exemplo, Graham 2007; Dicks 2003), embora «a prática e urbana possa também tender para uma homogeneização de lugares, a diversidade local» (Graham, 2007), como a anteriormente mencionado de Sortelha ilustra. A classificação do património edificado de Sortelha tem um papel central nas formas de desenvolvimento e diferenciado:

Sortelha é uma aldeia amuralhada, bem preservada no seu interior, que teve um papel

central na história do nosso país, sobretudo durante as guerras contra os espanhóis [Reformado, *Diário de Campo*, setembro de 2009].

Embora existam 12 Aldeias Históricas de Portugal, Sortelha é a única. Por alguma razão, é a segunda mais visitada das Aldeias Históricas. [...] Sortelha é uma aldeia medieval bem preservada e autêntica, feita de pedra, sem modernismos dissonantes e cercada por muralhas, e é isso que nos diferencia dos outros [Empregado turístico, entrevistado em 2013].

Esta tomada de consciência da singularidade de Sortelha cresceu nos anos após a classificação e exibição do património edificado, levando a uma maior coesão social entre os residentes.

Paralelamente, para os residentes de Sortelha em geral, como para os de muitos sítios do Património Mundial (por exemplo, G. Evans 2002; Jimura 2011; Shackley 1998b), o património edificado funciona como uma fonte de orgulho pessoal e coletivo. Nas palavras de um sexagenário entrevistado em 2009, «nós começámos a gostar mais da nossa aldeia, porque a aldeia ficou mais bonita e mais valiosa. Os turistas dizem sempre que esta aldeia é muito bonita, e isso é sempre bom para nós» (*Diário de Campo*, outubro de 2009). De igual modo, outro residente na casa dos 40 anos afirmou em 2013 que «estamos orgulhosos por a nossa aldeia ser nacional e internacionalmente conhecida como uma Aldeia Histórica Portugal» (*Diário de Campo*, abril de 2013).

Em concomitância, e consequentemente, os residentes percebem uma maior consciência do património edificado. Isto é claramente expresso por dois entrevistados:

O programa e o turismo tornaram-nos conscientes do nosso rico património histórico. Nós pensávamos que só tínhamos pedras, mas estas pedras são muito valiosas, porque são muito antigas e contam parte da história de Portugal [Reformado, *Diário de Campo*, julho de 2003].

O turismo ensina-nos a dar valor àquilo que temos de melhor. Às vezes, os turistas reparam em, e chamam a nossa atenção para, detalhes na nossa aldeia histórica em que antes nós não reparávamos [Artesã, *Diário de Campo*, abril de 2013].

Um bom exemplo deste sentido de localidade e aumento de orgulho e da consciência do património reside na afirmação de muitos residentes, segundo os quais parte do património de Sortelha foi expropriado pelas autoridades públicas, porque algumas das relíquias encontradas durante a intervenção foram «roubadas», uma declaração que deriva da ideia de que eles têm direitos de propriedade sobre esses bens e consideram-nos ingredientes aceites da identidade local:

O povo de Sortelha foi despojado de parte do seu património, porque há coisas de valor que foram encontrados aqui e que foram levadas, umas para o Museu do Sabugal, outras ninguém sabe para onde. Houve algumas pedras medievais e até o esqueleto de uma pessoa que foi encontrado numa sepultura antropomórfica perto da igreja que foram levados para o Museu do Sabugal. Como essas coisas fazem parte do património de Sortelha, essas coisas deviam ter ficado aqui para serem mostradas aos turistas num futuro museu de Sortelha [Empresária turística, entrevistada em 2009].

Como parte deste processo de consciencialização da cultura/património local, a revitalização do artesanato, mais especialmente do artesanato em *bracejo*, é comumente percebida como um impacto positivo do turismo, bem como um aspeto da identidade local, transmitindo «a diferença fascinante, mesmo o exotismo, da comunidade anfitriã» (Leite e Graburn 2009, 44). Os residentes recordam que, no passado, o *bracejo* era usado para fazer a cama dos animais, bem como paletes, vassouras e, ocasionalmente, chapéus para pessoas. Esta prática caiu em desuso na segunda metade do século XX, mas foi recuperada para o turismo no início dos anos

1980, por indústriais como a junça na coslizado para faquais os cestcexemplo do q cultural», em rismo o torna

## Privacidade

A investiga plica muitas v fitriãs (por exe bom exemplc dentes ilustrar

Há 30 ou cavam abert por causa d estiverem al visão e no r rio de Camp

Com a pi telha, é natl invadida. É pedem às m e posar par: xam fotogr algum dinh

Embora os norar as relaçõ

ador aquilo que temos de melhor. Às chamam a nossa atenção para, detalhes que antes nós não reparávamos [Artesã, 2013].

vido de localidade e aumento de património reside na afirmação de mais parte do património de Sortelhas públicas, porque algumas intervenções foram «roubadas», ideia de que eles têm direitos de consideram-nos ingredientes aceites

do de parte do seu património, por encontrados aqui e que foram le Sabugal, outras ninguém sabe para e até o esqueleto de uma pes- cultura antropomórfica perto da Museu do Sabugal. Como essas coisas Sortelha, essas coisas deviam ter ficado num futuro museu de Sortelha [Artesã, 2009].

consciencialização da cultura/património artesanal, mais especialmente percebida como um importante aspeto da identidade dominante, mesmo o exotismo, da [Artesã, 2009, 44]. Os residentes re- usado para fazer a cama dos e, ocasionalmente, chapéus de desuso na segunda metade do século o turismo no início dos anos

1980, por iniciativa de Luisa Charters. Entretanto, materiais industriais como a ráfia substituíram os materiais tradicionais como a junça na costura dos fios de *bracejo*, e o *bracejo* começou a ser utilizado para fazer novos objetos, principalmente decorativos, dos quais os cestos em miniatura são um bom exemplo. Este é um exemplo do que Philip McKean (1978) designou como «involução cultural», em que o artesanato sobrevive à extinção porque o turismo o torna economicamente viável.

### Privacidade e relações anfitrião-anfitrião

A investigação mostrou que o desenvolvimento do turismo implica muitas vezes perda de privacidade para as comunidades anfitriãs (por exemplo, Boissevain 1996; Jimura 2011). Sortelha é um bom exemplo desta tendência, como as declarações de dois residentes ilustram:

Há 30 ou 40 anos, em todas as casas habitadas na vila, as portas ficavam abertas até que as pessoas iam dormir. Hoje, isso não acontece por causa dos turistas que entram nas casas das pessoas se as portas estiverem abertas, e também por causa do que se ouve falar na televisão e no rádio sobre roubos [Reformada, residente na cidadela, *Diário de Campo*, outubro de 2009].

Com a presença de um número cada vez maior de turistas em Sortelha, é natural que as pessoas mais velhas sintam a sua privacidade invadida. Às vezes, os turistas também são incómodos, porque pedem às mulheres que vendem *bracejo* na aldeia para tirar os chapéus e posar para fotos, e isso incomoda-as. Algumas mulheres só se deixam fotografar se os turistas lhes comprarem um cesto ou derem algum dinheiro em troca [Artesã, entrevistada em 2013].

Embora os estudos sobre o impacto do turismo tendam a ignorar as relações anfitrião-anfitrião, a investigação mostrou provas

de que o desenvolvimento do turismo pode exercer um impacto negativo significativo nas relações sociais dentro da comunidade anfitriã (por exemplo, Cohen 1984; Harrison 2001; L. Silva 2013a [capítulo 3 neste livro]). Sortelha não está imune a esse impacto, uma vez que, como os residentes referem, o turismo criou uma nova arena de competição social e tensão entre as partes interessadas, com reflexos nas relações interpessoais:

Há muita inveja entre as mulheres que vendem *bracejo* na vila aos turistas. Elas disputam os lugares de venda e invejam as vendas umas das outras. Há mulheres da mesma família que não se falam por causa disso. Isso também acontece entre os donos de restaurantes, que se acusam uns aos outros de baixar os preços para roubar clientes [Artesã, *Diário de Campo*, julho de 2003].

O problema desta aldeia é que há muita inveja. Antes de abrir o bar, sempre que eu vinha a Sortelha, era bem recebido por todos. Quando abri o bar, a atitude de algumas pessoas mudou. Eu tive que enfrentar muitos problemas para ser capaz de abrir o negócio aqui, e fui ameaçado por cartas e palavras. O dono de um café até pediu a uns miúdos para atirar pedras para o terraço do meu bar, a fim de afastar os clientes [Empresário turístico, *Diário de Campo*, setembro de 2009].

A natureza competitiva da indústria resulta parcialmente de uma escassez de recursos económicos, mas também reflete as características das relações sociais dentro da comunidade. A literatura antropológica (por exemplo, Bailey 1971; Campbell 1964; Cole 1991; Pina-Cabral 1989 [1986]) mostra que inveja e competição por recursos e prestígio social são características das relações sociais em sociedades com interação face a face, incluindo em comunidades costeiras e em comunidades camponesas europeias. Numa pequena comunidade como a de Sortelha, inveja e competição são, assim, praticamente inevitáveis. Em última análise, tal com-

pensa o acir  
ao processo  
singularidad

## Conclus

Este traba  
ção de patri  
de vista dos  
longitudinal

A investig  
Sortelha têm  
construção  
Aldeias Hist  
gem do sítio  
ciência do pa  
de procura c  
entre os ber  
tanto, os in  
cluindo lixe  
novas habita  
como obstá  
tribuição fra  
comunidade  
sazonal; e à  
vertem para  
residentes ta  
dos edifícios

Relativam  
ção de patri  
destino é co  
(por exempl  
tudo acresce

...ismo pode exercer um impacto  
... sociais dentro da comunidade  
...; Harrison 2001; L. Silva 2013a  
... não está imune a esse impacto,  
... referem, o turismo criou uma  
... e tensão entre as partes interes-  
... interpessoais:

...eres que vendem *bracejo* na vila aos  
... de venda e invejam as vendas umas  
... família que não se falam por causa  
... os donos de restaurantes, que se  
... os preços para roubar clientes [Ar-  
... 2013].

... há muita inveja. Antes de abrir o  
... , era bem recebido por todos.  
... algumas pessoas mudou. Eu tive que  
... ser capaz de abrir o negócio aqui, e  
... . O dono de um café até pediu a  
... para o terraço do meu bar, a fim de  
... rístico, *Diário de Campo*, setembro

... indústria resulta parcialmente de  
... micos, mas também reflete as ca-  
... dentro da comunidade. A literatura  
... ley 1971; Campbell 1964; Cole  
... mostra que inveja e competição  
... características das relações sociais  
... ace a face, incluindo em comuni-  
... das camponesas europeias. Numa  
... de Sortelha, inveja e competição  
... veis. Em última análise, tal com-

pensa o acima mencionado aumento de coesão social associado ao processo de «patrimonialização» que reforçou um sentido de singularidade em Sortelha.

## Conclusão

Este trabalho propõe-se analisar o impacto associado à construção de património e o turismo nas comunidades locais do ponto de vista dos residentes, através de um estudo de caso etnográfico longitudinal centrado numa única Aldeia Histórica de Portugal.

A investigação mostrou que, na última década, os residentes de Sortelha têm estado divididos entre os benefícios e os custos da construção de património (aqui representado pelo programa das Aldeias Históricas de Portugal) e o turismo. A conservação e a imagem do sítio, bem como a identidade local, o orgulho e a consciência do património, o crescimento do turismo (tanto em termos de procura como de oferta) e a revitalização do artesanato, figuram entre os benefícios percebidos pela população da aldeia. No entanto, os impactos negativos compensam esses benefícios, incluindo lixo, perda de privacidade e restrições à construção de novas habitações em torno e dentro do sítio, que são consideradas como obstáculo à reprodução social da comunidade local; a contribuição fraca do turismo para a sustentabilidade económica da comunidade – devido às altas expectativas ou previsões; ao viés sazonal; e à distribuição desigual das receitas do turismo, que revertem para apenas 15% dos residentes; e inveja e competição. Os residentes também percebem um aumento nos valores ou preços dos edifícios, o que a maioria considera positivo.

Relativamente aos estudos de património, o facto de a construção de património ter gerado benefícios e custos percebidos no destino é consistente com as conclusões de outros investigadores (por exemplo, G. Evans 2002; Jimura 2011). Paralelamente, o estudo acrescenta *nuance* à relação entre património e conflito. Não

só é a designação do património habitada por dissonância e contestação (Graham, Ashworth e Tunbridge 2000; Tunbridge e Ashworth 1996) e a «patrimonialização» um «recurso para o conflito» (Poria e Ashworth 2009), como também a sua mercantilização via turismo pode afetar negativamente as relações sociais no seio das comunidades anfitriãs (comparar Jimura 2011; Schellhorn 2010).

Além disso, a construção de património pode desempenhar funções integradoras e divisórias não só separadamente (Leite e Graburn 2009), mas também em conjunto e em simultâneo; da mesma maneira que o desenvolvimento do turismo pode promover reforço cultural e mudança (Moon 1989). De facto, argumenta-se neste trabalho, a construção de património pode dar origem, simultaneamente, a dois impactos opostos sobre as comunidades locais – aumento de coesão social e orgulho de lugar, por um lado, e inveja e competição (e, conseqüentemente, atomização social), por outro lado – e os residentes estão inteiramente conscientes da tensão entre os dois.

O caso de Sortelha também pode ser tido em consideração na gestão do património edificado. Graham, Ashworth e Tunbridge (2000, 134-138) usam o que designam como «dilema do vizinho» para ilustrar a natureza complexa e o frequente fracasso da relação entre os custos do investimento no património e o seu retorno. Aqui está a prova de que tal é exacerbado quando estão em causa edifícios privados vagos cujos proprietários não estão envolvidos na sua manutenção contínua e quando não há envolvimento da comunidade na gestão do património, ou reconciliação entre vários atores com aspirações divergentes (Orbasli 2000).

O trabalho  
guns aspetos  
tugal contem  
a ver com o c  
cia adquirida  
trução do ru  
2012; Ferrão  
Terry Marsde  
caso de Caste  
duas ideologi  
terminados lu  
tância por in  
mento de vár

Outro aspe  
mentos, diret  
socioeconóm  
tendência de  
tada nas últim  
do país, estas  
de contacto»  
duos e grupos  
tigos e novos  
turistas/visita  
uma parte do  
nificados. Ce

## Conclusão

O trabalho apresentado na primeira parte do livro reforça alguns aspetos já adquiridos na caracterização da ruralidade no Portugal contemporâneo que interessa reter. Um desses aspetos tem a ver com o campo ideológico da ruralidade, sobretudo a relevância adquirida pelas ideologias do património e do turismo na construção do rural não agrícola (por exemplo, Cristóvão e Pereira 2012; Ferrão 2000; Leal 2007a; L. Silva 2009a), ou, como diria Terry Marsden (1999), do «campo do consumo». Os estudos de caso de Castelo Rodrigo e de Sortelha ilustram o modo como essas duas ideologias (de circulação global) penetram e transformam determinados lugares e recursos localizados no país rural, na circunstância por iniciativa primordial do Estado, mas com o envolvimento de vários protagonistas, locais e forasteiros.

Outro aspeto relaciona-se com a forma como tais desenvolvimentos, direta e/ou indiretamente, arrastam uma recomposição socioeconómica relativa dos lugares, sem, no entanto, inverter a tendência de queda no número de habitantes permanentes registada nas últimas décadas. À semelhança de outros contextos rurais do país, estas duas Aldeias Históricas de Portugal são agora «zonas de contacto» (J. Clifford 1997), espaços de interação entre indivíduos e grupos de diferentes origens socioculturais – incluindo antigos e novos residentes, uns permanentes e outros temporários, turistas/visitantes, arquitetos e burocratas – que estão a reconstruir uma parte do Portugal rural e a investir a ruralidade de novos significados. Constituem aquilo a que Jesús Oliva (2010) chama

«novos cadinhos rurais», em que os agricultores constituem «comunidades encapsuladas» (Newby 1979, citado em Rogers 1989, 107), já que a diminuta população agrícola está rodeada por indivíduos e grupos com outras atividades económicas e fontes de rendimento, como o turismo.

Estes dois aspetos fundamentais da ruralidade portuguesa contemporânea – as ideologias do turismo e do património e a recomposição socioeconómica relativa de (alguns) lugares – detetam-se igualmente nos Açores, como veremos na segunda parte do livro.